

Presidência da República

Casa Civil

Subchefia para Assuntos Jurídicos

DECRETO Nº 8.065, DE 7 DE AGOSTO DE 2013

Vigência

Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério da Saúde e remaneja cargos em comissão.

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, caput, inciso VI, alínea "a", da Constituição,

DECRETA:

- Art. 1º Ficam aprovados a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério da Saúde, na forma dos <u>Anexos I</u> e II.
- Art. 2º Ficam remanejados, na forma do <u>Anexo III</u>, os seguintes cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores DAS:
- I do Ministério da Saúde para a Secretaria de Gestão Pública do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão: quatro DAS 102.3; e
- II da Secretaria de Gestão Pública do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para o Ministério da Saúde:
 - a) um DAS 101.5;
 - b) seis DAS 101.4;
 - c) sete DAS 101.3;
 - d) um DAS 101.2; e
 - e) um DAS 102.2.
- Art. 3º Os ocupantes dos cargos em comissão que deixam de existir na Estrutura Regimental do Ministério da Saúde, por força deste Decreto, consideram-se automaticamente exonerados.
- Art. 4° Os apostilamentos decorrentes das alterações processadas deverão ocorrer no prazo de vinte dias, contado da data de entrada em vigor deste Decreto.

Parágrafo único. O Ministro de Estado da Saúde fará publicar no Diário Oficial da União, no prazo de trinta dias após os apostilamentos, relação nominal dos titulares dos cargos em comissão e das funções de confiança a que se refere o Anexo II, que indicará, inclusive, o número de cargos e funções vagas, suas denominações e níveis.

- Art. 5º O Ministro de Estado da Saúde poderá editar regimento interno para detalhar as unidades administrativas integrantes da Estrutura Regimental do Ministério, suas competências e as atribuições de seus dirigentes.
 - Art. 6º Este Decreto entra em vigor quatorze dias após a sua publicação.
 - Art. 7º Fica revogado o Decreto nº 7.797, de 30 de agosto de 2012. Vigência

Brasília, 7 de agosto de 2013; 192° da Independência e 125° da República.

DILMA

Alexandre

Miriam Belchior

Rocha

Santos

ROUSSEFF Padilha

Este texto não substitui o publicado no DOU de 8.8.2013

ANEXO I

ESTRUTURA REGIMENTAL DO MINISTÉRIO DA SAÚDE

CAPÍTULO I

DA NATUREZA E COMPETÊNCIA

- Art. 1º O Ministério da Saúde, órgão da administração federal direta, tem como área de competência os seguintes assuntos:
 - I política nacional de saúde;
 - II coordenação e fiscalização do Sistema Único de Saúde SUS;
- III saúde ambiental e ações de promoção, proteção e recuperação da saúde individual e coletiva, inclusive a dos trabalhadores e a dos índios;
 - IV informações de saúde;
 - V insumos críticos para a saúde;
 - VI ação preventiva em geral, vigilância e controle sanitário de fronteiras e de portos marítimos, fluviais e aéreos;
 - VII vigilância de saúde, especialmente quanto às drogas, medicamentos e alimentos; e
 - VIII pesquisa científica e tecnológica na área de saúde.

CAPÍTULO II

DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

- Art. 2º O Ministério da Saúde tem a seguinte estrutura organizacional:
- I órgãos de assistência direta e imediata ao Ministro de Estado da Saúde:
- a) Gabinete;
- b) Secretaria-Executiva:
- 1. Subsecretaria de Assuntos Administrativos;
- 2. Subsecretaria de Planejamento e Orçamento;
- 3. Diretoria-Executiva do Fundo Nacional de Saúde:
- 4. Departamento de Logística em Saúde;

- 5. Departamento de Economia da Saúde, Investimentos e Desenvolvimento;
- 6. Departamento de Monitoramento e Avaliação do SUS; e
- 7. Núcleos Estaduais;
- 7. Departamento de Informática do SUS; e (Redação dada pelo Decreto nº 8.490, de 2015)
- 8. Núcleos Estaduais; (Redação dada pelo Decreto nº 8.490, de 2015)
- c) Consultoria Jurídica; e
- d) Corregedoria-Geral;
- II órgãos específicos singulares:
- a) Secretaria de Atenção à Saúde:
- 1. Departamento de Atenção Básica;
- 2. Departamento de Atenção Hospitalar e de Urgência;
- 3. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas;
- 4. Departamento de Regulação, Avaliação e Controle de Sistemas;
- 5. Departamento de Gestão Hospitalar no Estado do Rio de Janeiro;
- 6. Departamento de Certificação de Entidades Beneficentes de Assistência Social em Saúde;
- 7. Departamento de Atenção Especializada e Temática;
- 8. Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva;
- 9. Instituto Nacional de Cardiologia; e
- 10. Instituto Nacional de Traumatologia e Ortopedia Jamil Haddad;
- b) Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde:
- 1. Departamento de Gestão da Educação na Saúde;
- 2. Departamento de Gestão e da Regulação do Trabalho em Saúde; e
- 3. Departamento de Planejamento e Regulação da Provisão de Profissionais de Saúde.
- c) Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos:
- 1. Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos;
- 2. Departamento de Ciência e Tecnologia;
- 3. Departamento do Complexo Industrial e Inovação em Saúde; e
- 4. Departamento de Gestão e Incorporação de Tecnologias em Saúde;

- d) Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa: 1. Departamento de Apoio à Gestão Participativa; 2. Departamento de Ouvidoria-Geral do SUS; 3. Departamento Nacional de Auditoria do SUS; 4. Departamento de Informática do SUS; e (Revogado pelo Decreto nº 8.490, de 2015) 5. Departamento de Articulação Interfederativa; e) Secretaria de Vigilância em Saúde: 1. Departamento de Vigilância das Doenças Transmissíveis; 2. Departamento de Vigilância de Doenças e Agravos não Transmissíveis e Promoção da Saúde; 3. Departamento de Gestão da Vigilância em Saúde; 4. Departamento de Vigilância, Prevenção e Controle das Doenças Sexualmente Transmissíveis, Síndrome da Imunodeficiência Adquirida e Hepatites Virais; e 5. Departamento de Vigilância em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador; e f) Secretaria Especial de Saúde Indígena: 1. Departamento de Atenção à Saúde Indígena; 2. Departamento de Gestão da Saúde Indígena; 3. Departamento de Saneamento e Edificações de Saúde Indígena; e 4. Distritos Sanitários Especiais Indígenas; III - órgãos colegiados: a) Conselho Nacional de Saúde; b) Conselho de Saúde Suplementar; e c) Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS - CONITEC; e IV - entidades vinculadas:
 - a) autarquias:
 - 1. Agência Nacional de Vigilância Sanitária ANVISA; e
 - 2. Agência Nacional de Saúde Suplementar ANS;
 - b) fundações públicas:
 - 1. Fundação Nacional de Saúde FUNASA; e
 - 2. Fundação Oswaldo Cruz FIOCRUZ;

- c) sociedades de economia mista:
- 1. Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A.;
- 2. Hospital Fêmina S.A.; e
- 3. Hospital Cristo Redentor S.A.; e
- d) empresa pública: Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia HEMOBRÁS.

CAPÍTULO III

DAS COMPETÊNCIAS DOS ÓRGÃOS

Seção I

Dos Órgãos de Assistência Direta e Imediata ao Ministro de Estado

- Art. 3º Compete ao Gabinete:
- I assistir o Ministro de Estado da Saúde em sua representação política e social, ocupar-se das relações públicas, do cerimonial e do preparo e despacho de seu expediente pessoal;
- II acompanhar o andamento dos projetos de interesse do Ministério da Saúde em tramitação no Congresso Nacional;
 - III providenciar o atendimento às consultas e aos requerimentos formulados pelo Congresso Nacional;
- IV providenciar a publicação oficial e a divulgação das matérias relacionadas com a área de atuação do Ministério da Saúde;
 - V exercer as atividades de comunicação social;
 - VI assessorar o Ministro de Estado nas relações internacionais de interesse do Ministério da Saúde:
- VII assessorar o Ministro de Estado na definição de diretrizes para a execução da política internacional e para a cooperação técnica internacional do Ministério da Saúde; e
 - VIII exercer outras competências que lhe forem atribuídas pelo Ministro de Estado.
 - Art. 4º À Secretaria-Executiva compete:
- I assistir o Ministro de Estado na supervisão e coordenação das atividades das Secretarias integrantes da estrutura do Ministério e das entidades a ele vinculadas;
- II coordenar e apoiar as atividades relacionadas com os sistemas federais de organização e inovação institucional, de planejamento e de orçamento, de contabilidade, de administração financeira, de custos, de administração de pessoal, de administração patrimonial, de gestão documental e de serviços gerais, no Ministério da Saúde;
- II coordenar e apoiar as atividades relacionadas com os sistemas federais de organização e inovação institucional, de planejamento e de orçamento, de contabilidade, de administração financeira, de custos, de administração de pessoal, de administração patrimonial, de gestão documental, de serviços gerais e de administração dos recursos de tecnologia da informática, no Ministério da Saúde; (Redação dada pelo Decreto nº 8.490, de 2015)
 - III formular, elaborar e monitorar ações de desenvolvimento e capacitação de pessoas no Ministério da Saúde;

- IV coordenar e apoiar as atividades do Fundo Nacional de Saúde;
- V auxiliar o Ministro de Estado na definição de diretrizes e na implementação das ações da área de competência do Ministério da Saúde:
- VI assessorar a direção dos órgãos do Ministério da Saúde na formulação de estratégias de colaboração com organismos financeiros internacionais;
- VII apoiar a elaboração de acordos, programas e projetos em áreas e temas de abrangência nacional e internacional e coordenar as atividades de execução, quando envolverem várias Secretarias e entidades vinculadas do Ministério da Saúde e recursos orçamentários específicos;
- VIII apoiar a formulação do planejamento, monitoramento e avaliação de programas e projetos do Ministério da Saúde:
- IX participar do Monitoramento e Avaliação da Gestão do SUS, por meio da análise de seu desenvolvimento, da identificação e disseminação de experiências inovadoras, produzindo subsídios para a tomada de decisões e a organização dos serviços;
 - X promover a Economia da Saúde no âmbito do SUS; e
 - X promover a Economia da Saúde no âmbito do SUS; (Redação dada pelo Decreto nº 8.490, de 2015)
 - XI promover a inovação e a melhoria da gestão no âmbito do Ministério da Saúde.
- XI promover a inovação e a melhoria da gestão no âmbito do Ministério da Saúde; (Redação dada pelo Decreto nº 8.490, de 2015)
- XII coordenar e apoiar as atividades relacionadas aos sistemas internos de gestão e aos sistemas de informações relativos às atividades finalísticas do SUS; e (Incluído pelo Decreto nº 8.490, de 2015)
- XIII coordenar e apoiar a definição de diretrizes do sistema nacional de informações em saúde, integrado em todo o território nacional, abrangendo questões epidemiológicas e de prestação de serviços. (Incluído pelo Decreto nº 8.490, de 2015)

Parágrafo único. A Secretaria-Executiva exerce, ainda, o papel de órgão setorial dos Sistemas de Pessoal Civil da Administração Federal SIPEC, de Serviços Gerais SISG, de Administração dos Recursos de Informação e Informática - SISP, de Planejamento e de Orçamento Federal, de Contabilidade Federal, de Administração Financeira Federal e de Organização e Inovação Institucional SIORG, por intermédio das Subsecretarias de Assuntos Administrativos e de Planejamento e Orçamento a ela subordinadas.

Parágrafo único. A Secretaria-Executiva exerce o papel de órgão setorial dos Sistemas de Pessoal Civil da Administração Federal - SIPEC, de Serviços Gerais - SISG, de Planejamento e de Orçamento Federal, de Contabilidade Federal, de Administração Financeira Federal, de Organização e Inovação Institucional - SIORG e de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISP, por intermédio da Subsecretaria de Assuntos Administrativos, da Subsecretaria de Planejamento e Orçamento e do Departamento de Informática do SUS a ela subordinados. (Redação dada pelo Decreto nº 8.490, de 2015)

- Art. 5º À Subsecretaria de Assuntos Administrativos compete:
- I planejar, coordenar e supervisionar, no âmbito do Ministério da Saúde, a execução das atividades relacionadas aos sistemas federais de serviços gerais, de administração de pessoal, de administração patrimonial, de gestão documental e de organização e inovação institucional;
- II planejar, coordenar e supervisionar ações de desenvolvimento e capacitação de pessoas no âmbito do Ministério:

- III promover a articulação com os órgãos centrais dos sistemas federais, referidos no inciso I do **caput**, bem como informar e orientar os órgãos do Ministério quanto ao cumprimento das normas administrativas estabelecidas;
- IV planejar, coordenar e supervisionar a execução das atividades de documentação, informação, arquivo, biblioteca, processo editorial e do Centro Cultural da Saúde, no âmbito do Ministério;
 - V promover a gestão administrativa dos Núcleos Estaduais do Ministério;
- VI promover a elaboração e consolidar os planos e os programas das atividades de sua área de competência e submetê-los à decisão superior;
- VII planejar, coordenar, executar e avaliar as atividades de aquisição destinadas ao suprimento administrativo de bens, materiais e serviços do Ministério;
- VIII coordenar, executar e avaliar as atividades de aquisição de bens e serviços de tecnologia da informação e automação do Ministério;
- IX acompanhar, avaliar e elaborar os contratos e termos aditivos referentes ao suprimento administrativo de bens, materiais e serviços e de tecnologia da informação e automação do Ministério;
- X planejar, coordenar e avaliar a armazenagem e a distribuição de bens e materiais administrativos e de tecnologia da informação e automação adquiridos pelo Ministério;
- XI planejar, coordenar, orientar e avaliar os processos de orçamento, finanças e contabilidade das compras de bens e contratações de serviços no âmbito de sua competência;
- XII planejar, coordenar e avaliar as atividades de administração de patrimônio e materiais administrativos do Ministério;
 - XIII coordenar e avaliar a organização dos eventos realizados pelo Ministério;
- XIV planejar, coordenar e avaliar as ações de inovação de processos e de estruturas organizacionais no Ministério; e
- XV desenvolver as atividades de execução orçamentária, financeira e contábil, no âmbito do Ministério, relativas aos créditos sob sua gestão.
 - Art. 6º À Subsecretaria de Planejamento e Orçamento compete:
- I planejar, coordenar e supervisionar a execução das atividades relacionadas aos sistemas federais de planejamento e de orçamento, de administração financeira e de contabilidade, no âmbito do Ministério;
- II promover a articulação com o órgão central de cada um dos sistemas federais, referidos no inciso I do **caput**, bem como informar e orientar os órgãos do Ministério quanto ao cumprimento das normas estabelecidas;
- III coordenar a elaboração e a consolidação dos planos e programas das atividades finalísticas do Ministério e submetê-los à decisão superior; e
 - IV acompanhar e avaliar projetos e atividades.
 - Art. 7º À Diretoria-Executiva do Fundo Nacional de Saúde compete:
- I planejar, coordenar e supervisionar a execução orçamentária, financeira e contábil do Fundo Nacional de Saúde, inclusive aquelas atividades executadas por unidades descentralizadas;
- II desenvolver ações de cooperação técnica nas áreas orçamentária, financeira e contábil para subsidiar a formulação e a implementação de políticas de saúde;

- III planejar, coordenar e supervisionar a gestão das fontes de arrecadação e aplicação dos recursos orçamentários e financeiros alocados ao Fundo Nacional de Saúde;
- IV planejar, coordenar e supervisionar as transferências de recursos financeiros destinados às ações e serviços de saúde, de custeio e capital a serem executados no âmbito do SUS;
- V planejar, coordenar e supervisionar a execução de convênios, acordos, ajustes e instrumentos congêneres sob a responsabilidade do Fundo Nacional de Saúde;
- VI planejar, coordenar e supervisionar a execução de análises técnico-econômicas de propostas de investimentos em infraestrutura física e tecnológica para ações e serviços de saúde; e
- VII instaurar processo de tomada de contas especial dos recursos do SUS alocados ao Fundo Nacional de Saúde.
 - Art. 8º Ao Departamento de Logística em Saúde compete:
 - I planejar o processo de logística integrada de insumos estratégicos para a saúde;
- II planejar, coordenar, orientar e avaliar as atividades de compra de bens e de contratação de serviços relativos a insumos estratégicos para a saúde;
- III acompanhar e avaliar a elaboração dos contratos e aditivos referentes ao fornecimento de bens e à prestação de serviços relativos a insumos estratégicos para a saúde;
- IV planejar, coordenar, orientar e avaliar a armazenagem e a distribuição de insumos estratégicos para a saúde, adquiridos pelo Ministério;
- V planejar, coordenar, orientar e avaliar os processos de orçamento, finanças e contabilidade das compras de bens e contratações de serviços relativos a insumos estratégicos para a saúde; e
- VI desenvolver as atividades de execução orçamentária, financeira e contábil, no âmbito do Ministério, relativas aos créditos sob sua gestão.
 - Art. 9º Ao Departamento de Economia da Saúde, Investimentos e Desenvolvimento compete:
- I subsidiar o Ministério, no âmbito da Economia da Saúde e Investimentos, na formulação de políticas, diretrizes e metas para as áreas e temas estratégicos, necessários à implementação da Política Nacional de Saúde;
 - II fomentar e coordenar a rede de economia da saúde no âmbito do SUS;
- III fomentar e realizar estudos econômicos para subsidiar as decisões do Ministério na implementação de programas e projetos no âmbito do SUS;
 - IV implementar e coordenar programas referentes à gestão de custos para o SUS;
 - V coordenar a apuração de custos no Ministério da Saúde;
- VI coordenar e manter sistema de registro eletrônico centralizado das informações de saúde, Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde, e monitorar as despesas com ações e serviços públicos de saúde dos entes da Federação:
- VII coordenar o Banco de Preços em Saúde e a Unidade Catalogadora do Catálogo de Materiais no Ministério da Saúde, visando subsidiar a aquisição de insumos e investimentos em ações e serviços de saúde;
 - VIII subsidiar as áreas do Ministério da Saúde na formulação e na gestão do Plano Nacional de Investimentos;

- IX desenvolver e apoiar processos de qualificação dos investimentos em infraestrutura física e de equipamentos para ações e serviços de saúde;
- X prover metodologias e instrumentos que promovam boas práticas na análise e execução de investimentos em infraestrutura física e tecnológica em saúde;
- XI apoiar o planejamento, coordenar e supervisionar a execução de programas e projetos de cooperação técnica com organismos internacionais, no âmbito do Ministério; e
- XII apoiar o planejamento, coordenar e supervisionar a execução de programas e projetos de cooperação técnica nacional no âmbito do Ministério.
 - Art. 10. Ao Departamento de Monitoramento e Avaliação do SUS compete:
 - I coordenar a formulação da Política de Monitoramento e Avaliação do SUS;
- II coordenar os processos de elaboração, negociação, implantação e implementação de normas, instrumentos e métodos necessários ao fortalecimento das práticas de monitoramento e avaliação do SUS;
 - III articular e integrar as ações de monitoramento e avaliação executadas pelos órgãos e unidades do Ministério;
- IV desenvolver metodologias e apoiar iniciativas que qualifiquem o processo de monitoramento e avaliação do SUS:
- V viabilizar e coordenar a realização de estudos e pesquisas visando à produção do conhecimento no campo do monitoramento e avaliação do SUS;
- VI participar da coordenação do processo colegiado de monitoramento, avaliação e gestão das informações do SUS; e
- VII sistematizar e disseminar informações estratégicas para subsidiar a tomada de decisão na gestão federal do SUS.
 - Art. 10-A. Ao Departamento de Informática do SUS compete: (Incluído pelo Decreto nº 8.490, de 2015)
- I fomentar, regulamentar e avaliar as ações de informatização do SUS, direcionadas à manutenção e ao desenvolvimento do sistema de informações em saúde e dos sistemas internos de gestão do Ministério da Saúde: (Incluído pelo Decreto nº 8,490, de 2015)
- II desenvolver, pesquisar e incorporar produtos e serviços de tecnologia da informação que possibilitem a implementação de sistemas e a disseminação de informações para ações de saúde, em consonância com as diretrizes da Política Nacional de Saúde; (Incluído pelo Decreto nº 8.490, de 2015)
- III desenvolver, pesquisar e incorporar produtos e serviços de tecnologia da informação para atender aos sistemas internos de gestão do Ministério da Saúde; (Incluído pelo Decreto nº 8.490, de 2015)
- IV manter o acervo das bases de dados necessários ao sistema de informações em saúde e aos sistemas internos de gestão institucional; (Incluído pelo Decreto nº 8.490, de 2015)
- V assegurar aos gestores do SUS e aos órgãos congêneres o acesso aos serviços de tecnologia da informação e bases de dados mantidos pelo Ministério da Saúde; (Incluído pelo Decreto nº 8.490, de 2015)
- VI definir programas de cooperação tecnológica com entidades de pesquisa e ensino para prospecção e transferência de tecnologia e metodologia no segmento de tecnologia da informação em saúde; (Incluído pelo Decreto nº 8.490, de 2015)

- VII apoiar os Estados, os Municípios e o Distrito Federal na informatização das atividades do SUS; (Incluído pelo Decreto nº 8.490, de 2015)
 - VIII prospectar e gerenciar a Rede Lógica do Ministério da Saúde; e (Incluído pelo Decreto nº 8.490, de 2015)
- IX promover o atendimento ao usuário de informática do Ministério da Saúde. (Incluído pelo Decreto nº 8.490, de 2015)
- Art. 11. Aos Núcleos Estaduais compete desenvolver atividades técnico-administrativas e de apoio logístico, bem como praticar os atos necessários à atuação dos órgãos do Ministério da Saúde.
 - Art. 12. À Consultoria Jurídica, órgão setorial da Advocacia-Geral da União, compete:
 - I prestar assessoria e consultoria jurídica no âmbito do Ministério;
- II fixar a interpretação da Constituição, das leis, dos tratados e dos demais atos normativos, a ser uniformemente seguida na área de atuação do Ministério quando não houver orientação normativa do Advogado-Geral da União;
- III atuar, em conjunto com os órgãos técnicos do Ministério, na elaboração de propostas de atos normativos que serão submetidas ao Ministro de Estado;
 - IV elaborar estudos jurídicos e informações por solicitação do Ministro de Estado;
- V realizar revisão final da técnica legislativa e emitir parecer conclusivo sobre a constitucionalidade, a legalidade e a compatibilidade com o ordenamento jurídico das propostas de atos normativos;
- VI assistir o Ministro de Estado no controle interno da legalidade administrativa dos atos do Ministério e das entidades vinculadas; e
 - VII examinar, prévia e conclusivamente, no âmbito do Ministério:
- a) os textos de editais de licitação e dos respectivos contratos ou instrumentos congêneres, a serem publicados e celebrados; e
 - b) os atos pelos quais se reconheça a inexigibilidade, ou se decida a dispensa de licitação.
- Art. 13. À Corregedoria-Geral, órgão seccional do Sistema de Correição do Poder Executivo federal, subordinada administrativamente ao Ministro de Estado da Saúde e sob a supervisão técnica da Controladoria-Geral da União, compete:
 - I analisar as representações e denúncias que lhe forem encaminhadas;
- II planejar, acompanhar, coordenar, orientar, avaliar e controlar as apurações disciplinares e atividades de correição executadas pelas comissões de ética no âmbito do Ministério da Saúde;
- III instaurar e conduzir, de ofício ou por determinação superior, e decidir pelo arquivamento, em sede de juízo de admissibilidade, de sindicâncias, inclusive patrimoniais, e de processos administrativos disciplinares;
 - IV fiscalizar, independentemente de provocação, as atividades funcionais dos servidores do Ministério da Saúde;
- V supervisionar e promover ações destinadas à valorização e ao cumprimento de preceitos relativos à ética funcional e à conduta disciplinar dos servidores; e
- VI promover correição nas unidades do Ministério da Saúde, visando à verificação da regularidade e eficiência dos serviços e à sugestão de providências necessárias ao seu aprimoramento.

- § 1º O disposto neste artigo não se aplica aos membros da Advocacia-Geral da União e aos Procuradores Federais.
- § 2º O Ministro de Estado da Saúde nomeará o Corregedor-Geral do Ministério da Saúde, observados os critérios estabelecidos no Decreto nº 5.480, de 30 de junho de 2005.

Seção II

Dos Órgãos Específicos Singulares

- Art. 14. À Secretaria de Atenção à Saúde compete:
- I participar da formulação e implementação da política de atenção à saúde, observados os princípios e diretrizes do SUS:
 - II definir e coordenar sistemas de redes integradas de ações e serviços de saúde;
- III estabelecer normas, critérios, parâmetros e métodos para o controle da qualidade e avaliação da atenção à saúde:
 - IV identificar os serviços de referência para o estabelecimento de padrões técnicos de atenção à saúde;
- V elaborar e propor normas para disciplinar as relações entre as instâncias gestoras do SUS e os serviços privados contratados de assistência à saúde;
- VI coordenar, acompanhar e avaliar, em âmbito nacional, as atividades das unidades assistenciais do Ministério da Saúde:
- VII prestar cooperação técnica para o aperfeiçoamento da capacidade gerencial e operacional de Estados, Municípios e Distrito Federal:
 - VIII coordenar a formulação e a implantação da política de regulação assistencial do SUS;
- IX promover o desenvolvimento de ações estratégicas voltadas para a reorientação do modelo de atenção à saúde, tendo como eixo estruturador as ações de atenção básica em saúde;
- X participar da elaboração, implantação e implementação de normas, instrumentos e métodos que fortaleçam a capacidade de gestão do SUS nos três níveis de Governo;
- XI proceder à certificação das entidades beneficentes de assistência social que prestam ou realizam ações sociais na área de saúde, nos termos da <u>Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009</u>;
- XII normatizar, no que lhe competir, sem prejuízo das competências de outros órgãos do Ministério da Saúde, as ações e serviços de atenção à saúde, no âmbito do SUS;
- XIII promover ações de integração da atenção básica aos serviços de urgência e emergência, à atenção especializada, às ações de vigilância em saúde;
 - XIV promover ações da rede de atenção à saúde;
- XV apoiar financeiramente Estados, Municípios e Distrito Federal na organização das ações de rede de atenção à saúde;
- XVI desenvolver sistemas, mecanismos de gestão, de controle, de monitoramento e de avaliação das ações voltadas à organização e implementação de redes de atenção à saúde;
- XVII apoiar o desenvolvimento de mecanismos inovadores que fortaleçam a organização de sistemas de saúde e a capacidade de gestão do SUS nas três esferas de Governo; e

- XVIII definir diretrizes para as ações estruturantes e emergenciais da Força Nacional do SUS.
- Art. 15. Ao Departamento de Atenção Básica compete:
- I normatizar, promover e coordenar a organização e o desenvolvimento das ações de atenção básica em saúde, observados os princípios e diretrizes do SUS;
 - II promover e coordenar a organização da assistência farmacêutica no âmbito da atenção básica em saúde;
- III desenvolver mecanismos de implantação de sistemas de informação, de controle e de avaliação das ações de atenção básica em saúde;
 - IV acompanhar e propor instrumentos para organização gerencial e operacional da atenção básica em saúde; e
- V prestar cooperação técnica a Estados, a Municípios e ao Distrito Federal na organização de ações de atenção básica em saúde.
 - Art. 16. Ao Departamento de Atenção Hospitalar e de Urgência compete:
 - I elaborar, coordenar e avaliar a política de atenção hospitalar do SUS;
- II criar instrumentos técnicos e legais para subsidiar o desenvolvimento, a implantação e a gestão de redes assistenciais temáticas vinculadas ao Departamento;
 - III regular e coordenar as atividades do Sistema Nacional de Transplantes de Órgãos;
 - IV elaborar, coordenar e avaliar a política de urgência e emergência do SUS e a rede de urgência e emergência;
 - V elaborar, coordenar e avaliar a política de sangue e hemoderivados;
 - VI coordenar e acompanhar as acões e os servicos de saúde das unidades hospitalares do SUS:
- VII prestar cooperação técnica a Estados, a Municípios e ao Distrito Federal na organização de ações de atenção hospitalar e de urgência em saúde; e
 - VIII definir ações para a atuação da Força Nacional do SUS.
 - Art. 17. Ao Departamento de Ações Programáticas Estratégicas compete:
- I fomentar no âmbito do SUS a discussão e capacitação do tema dos direitos humanos e saúde, sem prejuízo da competência dos demais órgãos do Ministério da Saúde;
- II formular, planejar, avaliar e monitorar ações estratégias de atenção à saúde no âmbito das politicas de saúde para populações estratégicas ou vulneráveis;
- III prestar cooperação técnica a Estados, a Municípios e ao Distrito Federal na organização de ações de atenção à saúde para populações estratégicas ou vulneráveis;
- IV coordenar o processo de formulação, implementação e avaliação das políticas de saúde nos seguintes segmentos:
 - a) sistema prisional;
 - b) criança e aleitamento materno;
 - c) bancos de leite materno;

- d) saúde das mulheres;
- e) Rede Cegonha no âmbito do SUS;
- f) de adolescentes e jovens; e
- g) pessoa com deficiência, incluindo rede de cuidados da pessoa com deficiência;
- V prestar cooperação técnica a Estados, a Municípios e ao Distrito Federal na organização de ações de atenção à saúde no âmbito do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo Sinase:
- VI proceder à análise técnica de projetos apresentados por instituições que tenham por objeto ações e atividades voltadas para organização das ações e políticas vinculadas ao Departamento;
- VII coordenar, de modo articulado com outros órgãos do Ministério da Saúde, a formulação de conteúdos programáticos, normas técnico-gerenciais, métodos e instrumentos que reorientem o modelo de atenção à saúde;
- VIII prestar cooperação técnica a Estados, a Municípios e ao Distrito Federal para a organização e articulação das acões programáticas estratégicas;
 - IX elaborar mecanismos de avaliação e de acompanhamento das ações programáticas estratégicas;
- X elaborar instrumentos técnicos e participar da elaboração de atos normativos para subsidiar o desenvolvimento, a implantação e a gestão das ações programáticas estratégicas e das redes de saúde vinculadas ao Departamento;
 - XI produzir, processar e difundir conhecimentos referentes às ações programáticas estratégicas;
- XII incentivar a articulação com movimentos sociais, organizações não governamentais e instituições afins, para fomento à participação popular e social na formulação, acompanhamento e avaliação das ações programáticas estratégicas e das redes de saúde vinculadas ao Departamento;
 - XIII fomentar pesquisas relacionadas às ações programáticas estratégicas; e
- XIV promover cooperação técnica com instituições de pesquisa e ensino para o desenvolvimento de tecnologias inovadoras de gestão e atenção à saúde das ações programáticas estratégicas.
 - Art. 18. Ao Departamento de Regulação, Avaliação e Controle de Sistemas compete:
- I gerir a Política Nacional de Regulação, em seus componentes de regulação da atenção e de regulação do acesso às ações e aos serviços de saúde;
- II estabelecer normas e definir critérios para a sistematização e padronização das técnicas e procedimentos relativos às áreas de controle e avaliação das ações assistenciais de média e alta complexidade de saúde desenvolvidas nos Estados, Municípios e Distrito Federal;
- III apoiar os Estados, Municípios e Distrito Federal no planejamento e controle da produção, alocação e utilização dos recursos de custeio da atenção de média e alta complexidade;
- IV desenvolver ações de cooperação técnica e financeira com os Estados, os Municípios e o Distrito Federal para a qualificação das atividades de regulação, controle e avaliação das ações assistenciais de média e alta complexidade;
 - V coordenar as ações de desenvolvimento da metodologia de programação geral das ações e serviços de saúde;
- VI monitorar e avaliar a assistência de média e alta complexidade quanto à capacidade operacional e potencial da rede instalada, à oferta de serviços de saúde e à execução dos recursos financeiros;

- VII gerir os sistemas de informação do SUS no que se refere às macrofunções de cadastramento dos estabelecimentos de saúde, gestão de programação das ações e serviços de saúde, de regulação da atenção e do acesso à assistência, de produção de ações de média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar e de execução financeira dos recursos destinados à média e alta complexidade;
- VIII garantir tratamento de dados que possam subsidiar processos avaliativos e regulatórios por meio da disponibilização de informações seguras e de qualidade da cobertura assistencial nos Estados e Municípios;
- IX construir arranjos metodológicos para o monitoramento e avaliação dos sistemas de saúde que permitam a rápida intervenção sobre os problemas identificados, com vistas à melhoria contínua da eficácia e eficiência dos serviços ofertados à população, por meio de cooperação técnica com Estados, Municípios e Distrito Federal, tendo como base os sistemas de informação geridos pelo departamento; e
- X subsidiar e apoiar os Estados, os Municípios e o Distrito Federal nos processos de contratação de serviços de assistência à saúde e celebração de instrumentos de cooperação e compromissos entre entes públicos para a prestação de serviços de saúde.
 - Art. 19. Ao Departamento de Gestão Hospitalar no Estado do Rio de Janeiro compete:
- I promover a integração operacional e assistencial dos serviços de saúde vinculados ao Ministério da Saúde, ampliando sua eficiência e eficácia;
- II articular e coordenar a implementação das políticas e projetos do Ministério da Saúde nas unidades assistenciais sob sua responsabilidade;
 - III implementar ações de gestão participativa e controle social dos serviços de saúde sob sua responsabilidade;
- IV atuar de forma integrada com os demais serviços de saúde localizados na cidade do Rio de Janeiro, na Região Metropolitana e nos demais Municípios do Estado, com vistas ao fortalecimento e à qualificação das redes assistenciais nesses territórios:
 - V desenvolver as atividades de execução orçamentária, financeira e contábil relativas aos créditos sob sua gestão;
- VI planejar, coordenar, orientar, executar e avaliar as atividades de contratação de serviços e de aquisição de bens e materiais para as unidades assistenciais sob sua responsabilidade; e
- VII planejar e monitorar a armazenagem e a distribuição de bens e materiais para as unidades assistenciais sob sua responsabilidade.
 - Art. 20. Ao Departamento de Certificação de Entidades Beneficentes de Assistência Social em Saúde compete:
- I definir e promover ações técnicas e administrativas necessárias à certificação das entidades beneficentes de assistência social em saúde:
- II apoiar tecnicamente os gestores estaduais e municipais na implantação de ações direcionadas ao cumprimento dos requisitos de concessão ou renovação dos certificados de entidades beneficentes de assistência social em saúde;
- III analisar o cumprimento dos requisitos legais nos requerimentos apresentados pelas entidades de saúde e submetê-los ao Secretário de Atenção à Saúde para concessão ou renovação do certificado de entidades beneficentes de assistência social em saúde;
- IV promover a inserção das entidades beneficentes de assistência social em saúde nos sistemas de redes integradas de ações e serviços de saúde, bem como supervisionar as ações das entidades certificadas; e
- V encaminhar à Secretaria da Receita Federal do Brasil do Ministério da Fazenda informações sobre os pedidos de certificação e renovação deferidos e os definitivamente indeferidos, na forma e prazo por ela estabelecidos.
 - Art. 21. Ao Departamento de Atenção Especializada e Temática compete:

- I normatizar, promover e coordenar a organização e o desenvolvimento das ações de atenção especializada em saúde, observados os princípios e diretrizes do SUS;
- II coordenar os processos de elaboração e avaliação da rede de atenção psicossocial para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de álcool e outras drogas, no âmbito do SUS;
 - III coordenar os processos de elaboração e avaliação da política nacional de:
 - a) média e alta complexidade do SUS;
 - b) saúde mental, álcool e outras drogas do SUS;
 - c) saúde da pessoa idosa;
 - d) saúde do homem;
 - e) atenção às pessoas com doenças crônicas, incluindo a rede de atenção à pessoa com doença crônica; e
 - f) prevenção e controle do câncer;
- IV proceder à análise técnica de projetos apresentados por instituições que tenham por objeto ações e atividades voltadas para organização da área de competência do Departamento;
- V acompanhar e propor instrumentos para organização gerencial e operacional da atenção especializada e temática em saúde;
- VI prestar cooperação técnica a Estados, a Municípios e ao Distrito Federal na organização de ações de atenção especializada ambulatorial e temática em saúde; e
- VII criar instrumentos técnicos e legais para subsidiar o desenvolvimento, a implantação e a gestão de redes assistenciais temáticas vinculadas ao Departamento.
 - Art. 22. Ao Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva compete:
 - I participar da formulação da política nacional de prevenção, diagnóstico e tratamento do câncer;
- II planejar, organizar, executar, dirigir, controlar e supervisionar planos, programas, projetos e atividades, em âmbito nacional, relacionados à prevenção, ao diagnóstico e ao tratamento das neoplasias malignas e afecções correlatas;
- III exercer atividades de formação, treinamento e aperfeiçoamento de recursos humanos, em todos os níveis, na área de cancerologia;
 - IV coordenar, programar e realizar pesquisas clínicas, epidemiológicas e experimentais em cancerologia; e
 - V prestar serviços médico-assistenciais aos portadores de neoplasias malignas e afecções correlatas.
 - Art. 23. Ao Instituto Nacional de Cardiologia compete:
- I participar da formulação da política nacional de prevenção, diagnóstico e tratamento das patologias cardiológicas;
- II planejar, coordenar e orientar planos, projetos e programas, em nível nacional, compatíveis com a execução de atividades de prevenção, diagnóstico e tratamento das patologias cardiológicas;
- III desenvolver e orientar a execução das atividades de formação, treinamento e aperfeiçoamento de recursos humanos em todos os níveis na área de cardiologia, cirurgia cardíaca e reabilitação;

- IV coordenar programas e realizar pesquisas clínicas, epidemiológicas e experimentais em cardiologia, cirurgia cardíaca e afins;
 - V orientar e prestar serviços médico-assistenciais na área de cardiologia e afins;
- VI estabelecer normas técnicas para padronização, controle e racionalização dos procedimentos adotados na especialidade; e
- VII fomentar estudos e promover pesquisas visando a estimular a ampliação dos conhecimentos e a produção científica na área de cardiologia, cirurgia cardíaca e afins.
 - Art. 24. Ao Instituto Nacional de Traumatologia e Ortopedia Jamil Haddad compete:
- I participar da formulação da política nacional de prevenção, diagnóstico e tratamento das patologias ortopédicas e traumatológicas;
- II planejar, coordenar e orientar planos, projetos e programas em âmbito nacional, relacionados à prevenção, ao diagnóstico e ao tratamento das patologias ortopédicas e traumatológicas e à sua reabilitação;
- III desenvolver e orientar a execução das atividades de formação, treinamento e aperfeiçoamento de recursos humanos em todos os níveis, na área de ortopedia, traumatologia e reabilitação;
- IV coordenar programas e realizar pesquisas clínicas, epidemiológicas e experimentais em traumatologia e ortopedia;
 - V estabelecer normas, padrões e técnicas de avaliação de serviços e resultados; e
- VI coordenar e orientar a prestação de serviços médico assistenciais aos portadores de patologias traumatológicas e ortopédicas.
 - Art. 25. À Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde compete:
 - I promover a ordenação da formação de recursos humanos na área de saúde;
- II elaborar e propor políticas de formação e desenvolvimento profissional para a área de saúde e acompanhar sua execução, e promover o desenvolvimento da Rede Observatório de Recursos Humanos em Saúde;
- III planejar, coordenar e apoiar as atividades relacionadas ao trabalho e à educação na área de saúde, bem como a organização da gestão da educação e do trabalho em saúde, a formulação de critérios para as negociações e o estabelecimento de parcerias entre os gestores do SUS e o ordenamento de responsabilidades entre as três esferas de governo;
- IV promover a articulação com os órgãos educacionais, as entidades sindicais e de fiscalização do exercício profissional e os movimentos sociais, e com entidades representativas de educação dos profissionais, tendo em vista a formação, o desenvolvimento profissional e o trabalho no setor de saúde;
- V promover a integração dos setores de saúde e educação no sentido de fortalecer as instituições formadoras de profissionais atuantes na área;
- VI planejar e coordenar ações, visando à integração e ao aperfeiçoamento da relação entre as gestões federal, estaduais e municipais do SUS, no que se refere aos planos de formação, qualificação e distribuição das ofertas de educação e trabalho na área de saúde;
- VII planejar e coordenar ações destinadas à promoção da participação dos trabalhadores de saúde do SUS na gestão dos serviços e na regulação das profissões de saúde;
- VIII planejar e coordenar ações, visando à promoção da educação em saúde, ao fortalecimento das iniciativas próprias do movimento popular no campo da educação em saúde e da gestão das políticas públicas de saúde, bem

como à promoção de informações e conhecimentos relativos ao direito à saúde e ao acesso às ações e aos serviços de saúde; e

- IX fomentar a cooperação internacional, inclusive mediante a instituição e a coordenação de fóruns de discussão, visando à solução dos problemas relacionados à formação, ao desenvolvimento profissional, à gestão e à regulação do trabalho em saúde, especialmente as questões que envolvam os países vizinhos do continente americano, os países de língua portuguesa e os países do hemisfério sul.
 - Art. 26. Ao Departamento de Gestão da Educação na Saúde compete:
- I participar da proposição e do acompanhamento da educação dos profissionais de saúde, da Política Nacional de Educação Permanente no SUS e no Ministério da Saúde;
- II buscar a integração dos setores de saúde e educação para o fortalecimento das instituições formadoras no interesse do SUS e a adequação da formação profissional às necessidades da saúde;
- III promover o desenvolvimento da rede de escolas do governo vinculadas ao Ministério da Saúde e às Secretarias Estaduais e às Municipais de Saúde e de redes colaborativas de Educação em Saúde Coletiva;
- IV colaborar com a ampliação da escolaridade básica dos trabalhadores da área de saúde que não dispõem de ensino fundamental, educação especial e qualificação profissional básica, prioritariamente nas áreas essenciais ao funcionamento do SUS;
- V propor e buscar mecanismos de acreditação de escolas e programas educacionais, bem como mecanismos de certificação de competências que favoreçam a integração entre a gestão, a formação, o controle social e o ensino, tendo em vista o atendimento às demandas educacionais do SUS;
- VI estabelecer políticas para que a rede de serviços do SUS seja adequada à condição de campo de ensino para a formação de profissionais de saúde, bem como processos formativos na rede de serviços do SUS para todas as categorias profissionais; e
- VII estabelecer políticas e processos para o desenvolvimento profissional em programas institucionais, multiprofissionais e de caráter interdisciplinar, tendo em vista a atenção integral à saúde.
 - Art. 27. Ao Departamento de Gestão e da Regulação do Trabalho em Saúde compete:
- I planejar e coordenar estudos de análise das necessidades quantitativas e qualitativas de profissionais com perfil adequado às necessidades de saúde da população;
- II atuar junto aos gestores estaduais e municipais do SUS para a solução dos problemas de pessoal do setor público e do setor privado;
- III promover e participar da articulação de pactos entre as gestões federal, estaduais e municipais do SUS, no que se refere aos planos de produção e à qualificação e distribuição dos profissionais de saúde;
- IV desenvolver articulações para a instituição de plano de cargos e carreiras para o pessoal do SUS, e apoiar e estimular essa ação nas esferas estadual e municipal;
- V planejar, coordenar e apoiar o desenvolvimento de política de carreira profissional própria do SUS, bem como de política de carreira profissional para o setor privado;
- VI planejar e coordenar as ações de regulação profissional tanto para novas profissões e ocupações, quanto para as já estabelecidas no mercado de trabalho;
- VII propor e acompanhar sistemas de certificação de competências profissionais visando à regulação dos processos de trabalho em saúde; e

- VIII articular sistema permanente de negociação das relações de trabalho com os gestores federais, estaduais e municipais, o setor privado e as representações dos trabalhadores.
 - Art. 28. Ao Departamento de Planejamento e Regulação da Provisão de Profissionais de Saúde compete:
 - I planejar, coordenar, monitorar e avaliar a provisão de profissionais da área de saúde no âmbito do SUS;
- II planejar, coordenar, monitorar e avaliar a celebração dos termos de cooperação com as instituições de ensino que prestam o curso de Especialização em Saúde da Família;
- III coordenar o curso de Especialização em Saúde da Família junto à Universidade Aberta do SUS UNA-SUS e instituições de ensino a ela filiadas;
- IV planejar, coordenar e monitorar o projeto político-pedagógico, o processo de certificação e a avaliação de desempenho dos envolvidos nos programas de provisão de profissionais da área saúde no âmbito do SUS;
- V planejar a estratégia de ação dos programas de provisão de profissionais da área de saúde no âmbito do SUS em áreas carentes e remotas do País; e
 - VI promover a articulação dos setores de saúde e educação no âmbito federal, estadual, distrital e municipal.
 - Art. 29. À Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos compete:
 - I formular, coordenar, implementar e avaliar a Política Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde;
- II formular, coordenar, implementar e avaliar as Políticas Nacionais de Assistência Farmacêutica e de Medicamentos, incluindo hemoderivados, vacinas, imunobiológicos e outros insumos relacionados, na qualidade de partes integrantes da Política Nacional de Saúde:
- III formular, coordenar e implementar políticas de fomento, desenvolvimento e inovação para os insumos estratégicos na área de saúde;
- IV formular, implementar e avaliar políticas, diretrizes e metas para as áreas e temas estratégicos necessários à implementação da Política Nacional de Saúde, no âmbito de suas atribuições;
 - V viabilizar a cooperação técnica aos Estados, aos Municípios e ao Distrito Federal, no âmbito de sua atuação;
- VI articular a ação do Ministério da Saúde, no âmbito de suas atribuições, com as organizações governamentais e não governamentais, com vistas ao desenvolvimento científico e tecnológico em saúde;
- VII estabelecer métodos e mecanismos para a análise da viabilidade econômico-sanitária de empreendimentos públicos no Complexo Industrial da Saúde;
- VIII participar da formulação, coordenação e implementação das ações de regulação do mercado, com vistas ao aprimoramento da Política Nacional de Saúde, no âmbito da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos;
 - IX formular, fomentar, realizar e avaliar estudos e projetos, no âmbito de suas responsabilidades;
- X formular, coordenar, avaliar, elaborar normas e participar da execução da política nacional e na produção de medicamentos, insumos estratégicos e produtos médicos, em articulação com os demais órgãos governamentais;
- XI promover ações de implementação de parcerias público-privadas no desenvolvimento tecnológico e na produção de produtos estratégicos na área de saúde; e
 - XII coordenar o processo de incorporação e desincorporação de tecnologias em saúde.
 - Art. 30. Ao Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos compete:

- I subsidiar a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos na formulação de políticas, diretrizes e metas para as áreas e temas estratégicos, necessários à implementação da Política Nacional de Saúde, no âmbito de suas atribuições;
- II formular e implementar, e coordenar a gestão das Políticas Nacionais de Assistência Farmacêutica e de Medicamentos, incluindo sangue, hemoderivados, vacinas e imunobiológicos, na qualidade de partes integrantes da Política Nacional de Saúde, observados os princípios e as diretrizes do SUS;
- III prestar cooperação técnica para o aperfeiçoamento da capacidade gerencial e operacional de Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, no âmbito de sua atuação;
- IV coordenar a organização e o desenvolvimento de programas, projetos e ações, em áreas e temas de abrangência nacional;
- V normatizar, promover e coordenar a organização da assistência farmacêutica, nos diferentes níveis da atenção à saúde, obedecendo aos princípios e diretrizes do SUS;
- VI programar a aquisição e a distribuição de insumos estratégicos para a saúde, em particular para a assistência farmacêutica, em articulação com o Departamento de Logística em Saúde da Secretaria-Executiva;
- VII propor acordos e convênios com os Estados, os Municípios, e o Distrito Federal para a execução descentralizada de programas e projetos especiais no âmbito do SUS, no limite de suas atribuições;
- VIII orientar, capacitar e promover ações de suporte aos agentes envolvidos no processo de assistência farmacêutica e insumos estratégicos, com vistas à sustentabilidade dos programas e projetos em sua área de atuação;
- IX elaborar e acompanhar a execução de programas e projetos relacionados à produção, à aquisição, à distribuição, à dispensação e ao uso de medicamentos no âmbito do SUS; e
- X coordenar a implementação de ações relacionadas à assistência farmacêutica e ao acesso aos medicamentos no âmbito dos Programas de Assistência Farmacêutica do Ministério da Saúde.
 - Art. 31. Ao Departamento de Ciência e Tecnologia compete:
- I participar da formulação, implementação e avaliação da Política Nacional de Ciência e Tecnologia em Saúde, tendo como pressupostos as necessidades demandadas pela Política Nacional de Saúde e a observância dos princípios e diretrizes do SUS;
- II coordenar e executar as ações do Ministério da Saúde no campo da Pesquisa e Desenvolvimento em Saúde, e promover a articulação intersetorial no âmbito do Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia;
- III coordenar a formulação e a implementação de políticas, programas e ações de avaliação de tecnologias no SUS:
- IV coordenar o processo de gestão do conhecimento em Ciência e Tecnologia em Saúde visando à utilização do conhecimento científico e tecnológico em todos os níveis de gestão do SUS;
- V promover, em articulação com instituições de ciência e tecnologia e agências de fomento, a realização de pesquisas estratégicas em saúde;
- VI prestar cooperação técnica para o aperfeiçoamento da capacidade gerencial, e orientar, capacitar e promover ações de suporte aos agentes dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, no âmbito da Ciência e Tecnologia em Saúde:
- VII acompanhar as atividades da Secretaria-Executiva da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa, instituída no âmbito do Conselho Nacional de Saúde:

- VIII coordenar a elaboração, a execução e a avaliação de programas e projetos em áreas e temas de abrangência nacional, no âmbito das atribuições da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos;
- IX implantar mecanismos de cooperação para o desenvolvimento de instituições de ciência e tecnologia que atuam na área de saúde; e
- X propor acordos e convênios com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios para a execução descentralizada de programas e projetos especiais no âmbito do SUS.
 - Art. 32. Ao Departamento do Complexo Industrial e Inovação em Saúde compete:
- I consolidar programas e ações no âmbito da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos que permitam a definição de uma estratégia nacional de fomento, desenvolvimento e inovação para os insumos industriais na área de saúde:
- II subsidiar a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos na formulação de políticas, diretrizes e metas para as áreas e temas relativos ao Complexo Industrial da Saúde, necessários à implementação da Política Nacional de Saúde, no âmbito de suas atribuições;
- III coordenar a organização e o desenvolvimento de programas, projetos e ações que visem induzir o desenvolvimento, a difusão e a incorporação de novas tecnologias no SUS;
- IV formular, propor diretrizes e coordenar o desenvolvimento de ações voltadas à produção de insumos para a saúde de interesse nacional;
- V definir estratégias de atuação do Ministério da Saúde no campo da biossegurança, da biotecnologia, do patrimônio genético e da propriedade intelectual em articulação com outros órgãos e instituições afins;
- VI prestar cooperação técnica para o aperfeiçoamento da capacidade gerencial, assim como orientar, capacitar e promover ações de suporte aos agentes de Estados, de Municípios e do Distrito Federal, no âmbito do Complexo Industrial e Inovação em Saúde;
- VII elaborar, divulgar e fomentar a observância de diretrizes de desenvolvimento tecnológico, transferência de tecnologias, produção e inovação relacionadas ao Complexo Industrial da Saúde;
- VIII formular e coordenar as ações de fomento à produção pública de medicamentos, vacinas, hemoderivados e outros insumos industriais na área de saúde como suporte às ações governamentais em saúde e de balizamento do mercado nacional de saúde;
- IX propor acordos e convênios com entidades e órgãos da administração pública, direta e indireta, do terceiro setor e do setor privado para a implementação das diretrizes e consolidação da Política Nacional de Saúde, no que diz respeito ao Complexo Industrial da Saúde;
- X promover a articulação intersetorial da Política Nacional de Saúde no âmbito do Sistema Nacional de Inovação e da Política de Desenvolvimento Produtivo e Industrial;
- XI promover, em articulação com instituições de ciência e tecnologia, bancos e agências de fomento, a realização de projetos estratégicos para desenvolvimento tecnológico, transferências de tecnologia, produção e inovação em saúde;
- XII implantar mecanismos de cooperação para o desenvolvimento e implementação do sistema de inovação na área de saúde;
 - XIII analisar a viabilidade de empreendimentos públicos no Complexo Industrial da Saúde;
- XIV participar de ações de regulação de mercado, no âmbito das atribuições da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos;

- XV analisar dados econômicos e financeiros para subsidiar a definição de estratégias relativas ao Complexo Industrial da Saúde, para implementação da Política Nacional de Saúde, no âmbito de suas atribuições; e
- XVI formular, avaliar, elaborar normas e participar da execução da Política Nacional de Saúde e da produção de medicamentos, insumos estratégicos e equipamentos para a saúde, em articulação com os demais órgãos governamentais.
 - Art. 33. Ao Departamento de Gestão e Incorporação de Tecnologias em Saúde compete:
- I subsidiar a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos na formulação de políticas, diretrizes e metas para a incorporação, alteração ou exclusão pelo SUS de tecnologias em saúde;
- II acompanhar, subsidiar e dar suporte às atividades e demandas da Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS;
- III prestar apoio e cooperação técnica para o aperfeiçoamento da capacidade gerencial e operacional dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal para a incorporação de novas tecnologias que sejam relevantes para o cidadão e para o sistema de saúde;
- IV apoiar a estruturação e a qualificação de instituições de ensino, pesquisa e assistência com vistas a subsidiar a incorporação de tecnologias de interesse para o SUS;
- V fomentar a realização de estudos e pesquisas, por meio de acordos de cooperação com entidades governamentais e não governamentais, que contribuam para o aprimoramento da gestão tecnológica no SUS;
- VI realizar a análise técnica dos processos submetidos à Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS;
- VII coordenar ações de monitoramento de tecnologias novas e emergentes no setor saúde para a antecipação de demandas de incorporação e para a indução da inovação tecnológica;
- VIII definir critérios para a incorporação tecnológica com base em evidências de eficácia, segurança e custo-efetividade;
- IX articular as ações do Ministério da Saúde, referentes à incorporação de novas tecnologias, com os diversos setores, governamentais e não governamentais, relacionadas às prioridades do SUS;
 - X contribuir para a promoção do acesso e do uso racional de tecnologias seguras e eficientes;
- XI implantar mecanismos de cooperação nacional e internacional para o aprimoramento da gestão e incorporação tecnológica no SUS;
 - XII promover a disseminação e a difusão de informações sobre gestão e incorporação de tecnologias em saúde;
- XIII participar de ações de inovação e incorporação tecnológica, no âmbito das atribuições da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos;
- XIV promover ações que favoreçam e estimulem a participação social na incorporação de tecnologias em saúde no SUS;
- XV participar da constituição ou da alteração de protocolos clínicos e de diretrizes terapêuticas voltadas para o SUS;
 - XVI apoiar o monitoramento e a avaliação da efetividade das tecnologias incorporadas no âmbito do SUS;
- XVII atuar na construção de modelos de gestão e na incorporação de tecnologias em conjunto com os países vizinhos do continente americano, os países de língua portuguesa e os países do hemisfério sul;

- XVIII participar da atualização da Relação Nacional de Medicamentos Essenciais RENAME; e
- XIX realizar a gestão dos processos submetidos à Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS.
- Art. 34. À Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa compete:
- I formular e implementar a política de gestão democrática e participativa do SUS e fortalecer a participação social;
- II articular as ações do Ministério da Saúde, referentes à gestão estratégica e participativa, com os diversos setores, governamentais e não governamentais, relacionados com os condicionantes e determinantes da saúde;
 - III apoiar o processo de controle social do SUS, para o fortalecimento da ação dos conselhos de saúde;
- IV promover, em parceria com o Conselho Nacional de Saúde, a realização das Conferências de Saúde e das Plenárias dos Conselhos de Saúde, com o apoio dos demais órgãos do Ministério da Saúde;
- V incentivar e apoiar, inclusive nos aspectos financeiros e técnicos, as instâncias estaduais, municipais e distritais, no processo de elaboração e execução da política de educação permanente para o controle social no SUS;
- VI apoiar estratégias para mobilização social, pelo direito à saúde e em defesa do SUS, promovendo a participação popular na formulação e avaliação das políticas públicas de saúde;
- VII contribuir para a equidade, apoiando e articulando grupos sociais que demandam políticas específicas de saúde;
- VIII promover a participação efetiva dos gestores, trabalhadores e usuários na eleição de prioridades e no processo de tomada de decisões na gestão do SUS;
- IX formular e coordenar a Política de Ouvidoria para o SUS, implementando sua descentralização e cooperação com entidades de defesa de direitos do cidadão:
 - X coordenar as ações do componente federal do Sistema Nacional de Auditoria do SUS;
 - XI fomentar o fortalecimento do Sistema Nacional de Auditoria do SUS nas três esferas de gestão;
- XII promover, em parceria com a Secretaria-Executiva do Conselho Nacional de Saúde, a articulação dos órgãos do Ministério da Saúde com o Conselho Nacional de Saúde;
 - XIII apoiar administrativa e financeiramente a Secretaria-Executiva do Conselho Nacional de Saúde;
- XIV fomentar a realização de estudos e pesquisas, por meio de acordos de cooperação com entidades governamentais e não governamentais, que contribuam para o desenvolvimento do SUS e da reforma sanitária brasileira;
- XV estabelecer mecanismos para a gestão da ética, com enfoque na conformidade de conduta como instrumento de sustentabilidade e melhoria da gestão pública do SUS, bem como acompanhar sua implementação no âmbito do Ministério da Saúde;
- XVI coordenar e apoiar as atividades relacionadas aos sistemas internos de gestão e aos sistemas de informações relativos às atividades finalísticas do SUS; (Revogado pelo Decreto nº 8.490, de 2015)
- XVII coordenar e apoiar a definição de diretrizes do sistema nacional de informações em saúde, integrado em todo o território nacional, abrangendo questões epidemiológicas e de prestação de serviços; (Revogado pelo Decreto nº 8,490, de 2015)
- XVIII coordenar e apoiar as atividades relacionadas com o sistema federal de administração dos recursos de informação e informática no âmbito do Ministério da Saúde; e (Revogado pelo Decreto nº 8.490, de 2015)
 - XIX coordenar as ações de descentralização no SUS.

Parágrafo único. A Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa exerce, ainda, o papel de órgão setorial do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISP, por intermédio do Departamento de Informática do SUS. (Revogado pelo Decreto nº 8.490, de 2015)

- Art. 35. Ao Departamento de Apoio à Gestão Participativa compete:
- I propor, coordenar e apoiar a implementação da Política Nacional de Gestão Participativa em Saúde;
- II criar e implementar mecanismos de apoio ao processo de organização e funcionamento do Controle Social do SUS:
 - III fomentar a participação de trabalhadores e usuários na tomada de decisões na gestão do SUS;
 - IV apoiar processos de qualificação e efetivação do controle social do SUS;
- V contribuir para a promoção da equidade em saúde, acolhendo e articulando as demandas de grupos e populações socialmente excluídas;
 - VI apoiar iniciativas dos movimentos sociais para o processo de formulação de políticas de gestão do SUS;
 - VII fomentar e ampliar a mobilização social pelo direito à saúde e em defesa do SUS;
 - VIII mobilizar e instrumentalizar gestores e trabalhadores de saúde para as práticas de gestão participativa;
- IX estabelecer mecanismos de educação e comunicação em saúde com a rede escolar, com as organizações não governamentais e com os movimentos sociais; e
- X viabilizar e coordenar a realização de estudos e pesquisas, visando à produção do conhecimento no campo da gestão participativa e do controle social.
 - Art. 36. Ao Departamento de Ouvidoria-Geral do SUS compete:
 - I propor, coordenar e implementar a Política Nacional de Ouvidoria em Saúde, no âmbito do SUS;
 - II estimular e apoiar a criação de estruturas descentralizadas de ouvidoria em saúde;
- III implementar políticas de estímulo à participação de usuários e entidades da sociedade no processo de avaliação dos serviços prestados pelo SUS;
- IV promover ações para assegurar a preservação dos aspectos éticos, de privacidade e confidencialidade em todas as etapas do processamento das informações decorrentes;
- V assegurar aos cidadãos o acesso às informações sobre o direito à saúde e às relativas ao exercício desse direito;
- VI acionar os órgãos competentes para a correção de problemas identificados, mediante reclamações enviadas diretamente ao Ministério da Saúde, contra atos ilegais ou indevidos e omissões, no âmbito da saúde; e
- VII viabilizar e coordenar a realização de estudos e pesquisas visando à produção do conhecimento, no campo da ouvidoria em saúde, para subsidiar a formulação de políticas de gestão do SUS.
 - Art. 37. Ao Departamento Nacional de Auditoria do SUS compete:
 - I promover o fortalecimento do Sistema Nacional de Auditoria do SUS no território nacional;
- II auditar por amostragem a adequação, a qualidade e a efetividade das ações e serviços públicos de saúde, e a regularidade técnico-financeira da aplicação dos recursos do SUS, em todo o território nacional;

- III estabelecer diretrizes e propor normas e procedimentos para a sistematização e a padronização das ações de auditoria, inclusive informatizadas, no âmbito do SUS;
- IV promover a interação e a integração das ações e procedimentos de auditoria entre os componentes do Sistema Nacional de Auditoria do SUS;
- V apoiar iniciativas de interlocução entre os componentes do Sistema Nacional de Auditoria do SUS, os órgãos de controle interno e externo e os Conselhos de Saúde;
- VI informar à Diretoria-Executiva do Fundo Nacional de Saúde sobre resultados de auditoria que indiquem a adoção de procedimentos visando a devolução de recursos ao Ministério da Saúde;
- VII informar os resultados e as recomendações das atividades de auditoria aos interessados, aos órgãos e às áreas técnicas do Ministério da Saúde correlatos ao objeto da apuração, para fins de adoção de providências cabíveis;
- VIII orientar, coordenar e supervisionar, técnica e administrativamente, a execução das atividades de auditoria realizadas pelas unidades integrantes do componente federal do Sistema Nacional de Auditoria do SUS; e
 - IX promover a gestão da informação e a produção do conhecimento no campo da auditoria do SUS.
 - Art. 38. Ao Departamento de Informática do SUS compete: (Revogado pelo Decreto nº 8.490, de 2015)
- I-fomentar, regulamentar e avaliar as ações de informatização do SUS, direcionadas à manutenção e ao desenvolvimento do sistema de informações em saúde e dos sistemas internos de gestão do Ministério da Saúde; (Revogado pelo Decreto nº 8.490, de 2015)
- II desenvolver, pesquisar e incorporar produtos e serviços de tecnologia da informação que possibilitem a implementação de sistemas e a disseminação de informações para ações de saúde, em consonância com as diretrizes da Política Nacional de Saúde; (Revogado pelo Decreto nº 8.490, de 2015)
- III desenvolver, pesquisar e incorporar produtos e serviços de tecnologia da informação para atender aos sistemas internos de gestão do Ministério da Saúde; (Revogado pelo Decreto nº 8.490, de 2015)
- IV manter o acervo das bases de dados necessários ao sistema de informações em saúde e aos sistemas internos de gestão institucional; (Revogado pelo Decreto nº 8.490, de 2015)
- V assegurar aos gestores do SUS e aos órgãos congêneres o acesso aos serviços de tecnologia da informação e bases de dados mantidos pelo Ministério da Saúde; (Revogado pelo Decreto nº 8.490, de 2015)
- VI definir programas de cooperação tecnológica com entidades de pesquisa e ensino para prospecção e transferência de tecnologia e metodologia no segmento de tecnologia da informação em saúde; (Revogado pelo Decreto nº 8.490, de 2015)
- VII apoiar os Estados, os Municípios e o Distrito Federal na informatização das atividades do SUS; (Revogado pelo Decreto nº 8.490, de 2015)
- VIII prospectar e gerenciar a Rede Lógica do Ministério da Saúde; e (Revogado pelo Decreto nº 8.490, de 2015) IX - promover o atendimento ao usuário de informática do Ministério da Saúde. (Revogado pelo Decreto nº 8.490, de 2015)
 - Art. 39. Ao Departamento de Articulação Interfederativa compete:
- I subsidiar os processos de elaboração de diretrizes e implementação de instrumentos e métodos necessários ao fortalecimento das relações interfederativas e da gestão estratégica e participativa, nas três esferas de governo;
 - II promover, articular e integrar as atividades e ações de cooperação entre os entes federados;
- III planejar, coordenar e articular o processo de negociação e de contratualização entre os entes federados, visando a fortalecer a gestão compartilhada;
- IV participar do processo de negociação e da definição de critérios para o financiamento do sistema de saúde e sua alocação de recursos físicos e financeiros, nas três esferas de gestão do SUS;
- V desenvolver instrumentos e iniciativas que qualifiquem o processo de gestão estratégica e participativa, visando ao fortalecimento das relações interfederativas no âmbito do SUS;
 - VI sistematizar e fornecer informações sobre a gestão do SUS para Estados, Municípios e Distrito Federal; e

- VII acompanhar e contribuir para a efetivação das diretrizes da regionalização do SUS.
- Art. 40. À Secretaria de Vigilância em Saúde compete:
- I coordenar a gestão do Sistema Nacional de Vigilância em Saúde, integrado por:
- a) Subsistema Nacional de Vigilância Epidemiológica, de doenças transmissíveis e de agravos e doenças não transmissíveis;
 - b) Subsistema Nacional de Vigilância em Saúde Ambiental, incluindo ambiente de trabalho;
 - c) Sistema Nacional de Laboratórios de Saúde Pública, nos aspectos pertinentes à vigilância em saúde;
 - d) sistemas de informação de vigilância em saúde;
- e) programas de prevenção e controle de doenças de relevância em saúde pública, incluindo o Programa Nacional de Imunizações; e
 - f) política nacional de saúde do trabalhador;
- II elaborar e divulgar informações e análise de situação da saúde que permitam estabelecer prioridades, monitorar o quadro sanitário do País e avaliar o impacto das ações de prevenção e controle de doenças e agravos, bem como subsidiar a formulação de políticas do Ministério da Saúde;
- III coordenar a execução das atividades relativas à disseminação do uso da metodologia epidemiológica em todos os níveis do SUS, para subsidiar a formulação, a implementação e a avaliação das ações de prevenção e controle de doenças e de outros agravos à saúde;
- IV coordenar a execução das atividades relativas à prevenção e ao controle de doenças e outros agravos à saúde:
- V coordenar e supervisionar a execução das atividades técnicas desenvolvidas pelo Instituto Evandro Chagas, que coordenará, técnica e administrativamente, o Centro Nacional de Primatas;
 - VI promover o processo de elaboração e acompanhamento das ações de vigilância em saúde;
- VII participar da elaboração, da implantação e da implementação de normas, instrumentos e métodos que fortaleçam a capacidade de gestão do SUS, nos três níveis de governo, na área de vigilância em saúde;
- VIII fomentar e implementar o desenvolvimento de estudos e pesquisas que contribuam para o aperfeiçoamento das ações de vigilância em saúde;
- IX promover o intercâmbio técnico-científico, com organismos governamentais e não governamentais, de âmbito nacional e internacional, na área de vigilância em saúde;
- X propor políticas, normas e ações de educação, comunicação e mobilização social referentes à área de vigilância em saúde;
- XI prestar assessoria técnica e estabelecer cooperação com os Estados, os Municípios e o Distrito Federal, visando potencializar a capacidade gerencial e fomentar novas práticas de vigilância em saúde;
- XII formular e propor a Política de Vigilância Sanitária, em articulação com a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, bem como regular e acompanhar seu contrato de gestão; e
- XIII definir diretrizes para as ações estruturantes e emergenciais da Força Nacional do SUS no que se refere à vigilância em saúde.
 - Art. 41. Ao Departamento de Vigilância das Doenças Transmissíveis compete:

- I propor normas relativas a:
- a) ações de prevenção e controle de doenças transmissíveis;
- b) notificação de doenças transmissíveis;
- c) investigação epidemiológica; e
- d) vigilância epidemiológica nos portos, aeroportos, fronteiras e terminais alfandegários;
- II estabelecer medidas de prevenção e controle dos fatores de riscos e das doenças ou agravos à saúde, pertinentes ao seu campo de atuação;
- III coordenar e executar as ações de epidemiologia e controle de doenças e agravos inusitados à saúde, de forma complementar ou suplementar em caráter excepcional, quando:
 - a) for superada a capacidade de execução dos Estados;
 - b) houver o envolvimento de mais de um Estado; ou
 - c) riscos de disseminação em nível nacional;
- IV normatizar e definir instrumentos técnicos relacionados aos sistemas de informações sobre doenças de notificação compulsória e doenças sob monitoramento;
- V analisar, monitorar, supervisionar e orientar a execução das atividades de prevenção e controle de doenças que integram a lista de doenças de notificação compulsória ou que venham assumir importância para a saúde pública;
 - VI monitorar o comportamento epidemiológico das doenças sob vigilância e agravos inusitados à saúde;
 - VII elaborar a lista nacional de doenças de notificação compulsória;
 - VIII elaborar o esquema básico de vacinas de caráter obrigatório;
- IX coordenar a investigação de surtos e epidemias, em especial de doenças emergentes e de etiologia desconhecida ou não esclarecida, e de eventos adversos temporalmente associados à vacinação;
- X normatizar e supervisionar o Sistema Nacional de Laboratórios de Saúde Pública nos aspectos relativos à vigilância em saúde;
 - XI normatizar, coordenar e supervisionar a utilização de imunobiológicos;
 - XII participar da elaboração e supervisionar a execução das ações de vigilância em saúde;
- XIII prestar assessoria técnica e estabelecer cooperação a Estados, a Municípios e ao Distrito Federal na organização das ações de epidemiologia, imunização, laboratório e demais ações de prevenção e controle de doenças;
 - XIV definir a programação de insumos críticos na área de vigilância em saúde; e
- XV definir as linhas prioritárias dos estudos, pesquisas, análises e outras atividades técnico-científicas de interesse de sua área de atuação, em articulação com a Coordenação-Geral de Desenvolvimento da Epidemiologia em Servicos.
- Art. 42. Ao Departamento de Vigilância de Doenças e Agravos não Transmissíveis e Promoção da Saúde compete:

- I fomentar programas e ações nas áreas de promoção da saúde, prevenção de fatores de risco e redução de danos decorrentes das doenças e agravos não transmissíveis;
- II coordenar, gerenciar e normatizar o Sistema de Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para Doenças e Agravos não Transmissíveis;
 - III realizar e coordenar pesquisas e inquéritos de fatores de risco e proteção;
- IV promover a gestão da informação e a produção do conhecimento no campo da vigilância de doenças e agravos não transmissíveis e promoção da saúde;
- V coordenar avaliações dos programas e intervenções na área de vigilância de doenças e agravos não transmissíveis e promoção da saúde;
- VI monitorar a execução das ações no que se refere à vigilância de doenças e agravos não transmissíveis no SUS;
 - VII monitorar o comportamento epidemiológico de doenças não transmissíveis e outros agravos à saúde;
- VIII apoiar Estados, Municípios e Distrito Federal na área de vigilância de doenças e agravos não transmissíveis, de fatores de risco e de proteção e promoção da saúde;
- IX articular e acompanhar a implantação, monitoramento e avaliação das estratégias de enfrentamento das doenças e agravos não transmissíveis e promoção da saúde;
 - X coordenar a Política Nacional de Redução da Morbimortalidade por Acidentes e Violências, no âmbito do SUS;
- XI disponibilizar informações, apoiar e estimular iniciativas ou intervenções, no âmbito público e privado, que promovam a concepção de ambientes saudáveis e sustentáveis e a adoção de estilos de vida saudáveis;
 - XII normatizar e coordenar a execução dos sistemas de informação de estatísticas vitais;
- XIII promover e divulgar análises das informações geradas pelos sistemas de informação no âmbito do setor saúde; e
 - XIV desenvolver metodologias para análises de situação de saúde no âmbito do SUS.
 - Art. 43. Ao Departamento de Gestão da Vigilância em Saúde compete:
 - I coordenar a elaboração e o acompanhamento das ações de vigilância em saúde;
 - II planejar, coordenar e avaliar o processo de acompanhamento e supervisão das ações de vigilância em saúde;
- III promover a articulação e a integração de ações entre os órgãos e unidades da Secretaria de vigilância em saúde e os gestores estaduais e municipais do SUS; e
- IV participar do processo de negociação e da definição de critérios para a alocação de recursos físicos e financeiros nas ações de vigilância em saúde.
- Art. 44. Ao Departamento de Vigilância, Prevenção e Controle das Doenças Sexualmente Transmissíveis, Síndrome da Imunodeficiência Adquirida e Hepatites Virais compete:
 - I propor a formulação e a implementação de políticas, diretrizes e projetos estratégicos no que se refere à:
- a) promoção das ações de vigilância, de prevenção, de assistência e de garantia dos direitos humanos das populações vulneráveis e das pessoas com HIV/AIDS; e

- b) promoção e fortalecimento da integração com as organizações da Sociedade Civil, nos assuntos relacionados às DST/AIDS;
 - II coordenar o Programa Nacional para a Prevenção e o Controle das Hepatites Virais;
- III monitorar o padrão epidemiológico das DST/AIDS, em articulação com o Departamento Nacional de Análise de Situação de Saúde;
 - IV prestar assessoria técnica e estabelecer cooperações nacionais e internacionais;
 - V participar da elaboração e supervisionar a execução das ações de DST/AIDS no País;
 - VI definir a programação de insumos críticos para as ações de DST/AIDS; e
 - VII subsidiar e promover as atividades de desenvolvimento de recursos humanos.
 - Art. 45. Ao Departamento de Vigilância em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador compete:
 - I gerir o Subsistema Nacional de Vigilância em Saúde Ambiental, incluindo ambiente de trabalho;
- II coordenar a implementação da política e o acompanhamento das ações de vigilância em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador;
 - III propor e desenvolver metodologias e instrumentos de análise e comunicação de risco em vigilância ambiental;
- IV planejar, coordenar e avaliar o processo de acompanhamento e supervisão das ações de vigilância em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador; e
 - V gerenciar o Sistema de Informação da Vigilância Ambiental em Saúde.
 - Art. 46. À Secretaria Especial de Saúde Indígena compete:
- I planejar, coordenar, supervisionar, monitorar e avaliar a implementação da Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas, mediante gestão democrática e participativa;
- II coordenar o processo de gestão do Subsistema de Atenção à Saúde Indígena para a promoção, proteção e recuperação da saúde dos povos indígenas:
- III planejar, coordenar, supervisionar, monitorar e avaliar as ações referentes a saneamento e edificações de saúde indígena;
- IV orientar o desenvolvimento das ações de atenção integral à saúde indígena e de educação em saúde segundo as peculiaridades, o perfil epidemiológico e a condição sanitária de cada Distrito Sanitário Especial Indígena, em consonância com as políticas e os programas do SUS e em observância às práticas de saúde e às medicinas tradicionais indígenas;
- V planejar, coordenar, supervisionar, monitorar e avaliar as ações de atenção integral à saúde no âmbito do Subsistema de Atenção à Saúde Indígena;
 - VI promover ações para o fortalecimento do controle social no Subsistema de Atenção à Saúde Indígena;
- VII promover a articulação e a integração com os setores governamentais e não governamentais que possuam interface com a atenção à saúde indígena;
 - VIII promover e apoiar o desenvolvimento de estudos e pesquisas em saúde indígena; e
 - IX identificar, organizar e disseminar conhecimentos referentes à saúde indígena.

- Art. 47. Ao Departamento de Atenção à Saúde Indígena compete:
- I planejar, coordenar, supervisionar, monitorar e avaliar as atividades de atenção integral à saúde dos povos indígenas;
- II orientar e apoiar a implementação de programas de atenção à saúde para a população indígena, segundo diretrizes do SUS;
- III planejar, coordenar, supervisionar, monitorar e avaliar as atividades de educação em saúde nos Distritos Sanitários Especiais Indígenas;
- IV coordenar a elaboração de normas e diretrizes para a operacionalização das ações de atenção à saúde nos Distritos Sanitários Especiais Indígenas:
- V apoiar as equipes dos Distritos Sanitários Especiais Indígenas no desenvolvimento das ações de atenção à saúde; e
 - VI apoiar a elaboração dos Planos Distritais de Saúde Indígena na área de atenção integral à saúde indígena.
 - Art. 48. Ao Departamento de Gestão da Saúde Indígena compete:
 - I garantir as condições necessárias à gestão do Subsistema de Atenção à Saúde Indígena;
 - II promover o fortalecimento da gestão nos Distritos Sanitários Especiais Indígenas;
 - III propor mecanismos para organização gerencial e operacional da atenção à saúde indígena;
 - IV programar a aquisição e a distribuição de insumos, em articulação com as unidades competentes;
 - V coordenar as atividades relacionadas à análise e à disponibilização de informações de saúde indígena;
- VI apoiar as equipes dos Distritos Sanitários Especiais Indígenas no desenvolvimento das ações de gestão da saúde indígena; e
 - VII apoiar a elaboração dos Planos Distritais de Saúde Indígena na área de gestão.
 - Art. 49. Ao Departamento de Saneamento e Edificações de Saúde Indígena compete:
- I planejar, coordenar, supervisionar, monitorar e avaliar as ações referentes a saneamento e edificações de saúde indígena;
- II planejar e supervisionar a elaboração e implementação de programas e projetos de saneamento e edificações de saúde indígena;
 - III planejar e supervisionar ações de educação em saúde indígena relacionadas à área de saneamento;
 - IV estabelecer diretrizes para a operacionalização das ações de saneamento e edificações de saúde indígena;
- V apoiar as equipes dos Distritos Sanitários Especiais Indígenas no desenvolvimento das ações de saneamento e edificações de saúde indígena; e
- VI apoiar a elaboração dos Planos Distritais de Saúde Indígena na área de saneamento e edificações de saúde indígena.
 - Art. 50. Aos Distritos Sanitários Especiais Indígenas compete:

- I planejar, coordenar, supervisionar, monitorar, avaliar e executar as atividades do Subsistema de Atenção à Saúde Indígena do SUS, nas suas áreas de atuação, observadas as práticas de saúde e as medicinas tradicionais; e
- II desenvolver as atividades de execução orçamentária, financeira e contábil relativas aos créditos sob a gestão específica de cada Distrito Sanitário Especial Indígena.

Seção III

Dos Órgãos Colegiados

- Art. 51. Ao Conselho Nacional de Saúde compete:
- I deliberar sobre:
- a) formulação de estratégia e controle da execução da política nacional de saúde em âmbito federal; e
- b) critérios para a definição de padrões e parâmetros assistenciais;
- II manifestar-se sobre a Política Nacional de Saúde;
- III decidir sobre:
- a) planos estaduais de saúde, quando solicitado pelos respectivos Conselhos;
- b) divergências suscitadas pelos Conselhos Estaduais e Municipais de Saúde, e por órgãos de representação na área de saúde; e
 - c) credenciamento de instituições de saúde que se candidatem a realizar pesquisa em seres humanos;
- IV opinar sobre a criação de novos cursos superiores na área de saúde, em articulação com o Ministério da Educação;
- V estabelecer diretrizes a serem observadas na elaboração dos planos de saúde em função das características epidemiológicas e da organização dos serviços;
- VI acompanhar a execução do cronograma de transferência de recursos financeiros, consignados ao SUS, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios;
 - VII aprovar os critérios e os valores para a remuneração dos serviços e os parâmetros de cobertura assistencial;
- VIII acompanhar e controlar as atividades das instituições privadas de saúde, credenciadas mediante contrato, ajuste ou convênio;
- IX acompanhar o processo de desenvolvimento e incorporação científica e tecnológica na área de saúde, para a observância de padrões éticos compatíveis com o desenvolvimento sociocultural do País; e
- X propor a convocação e organizar a Conferência Nacional de Saúde, ordinariamente a cada quatro anos e, extraordinariamente, nos termos da <u>Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990</u>.
- § 1º A composição, a organização e o funcionamento do Conselho Nacional de Saúde serão estabelecidos de conformidade com a legislação vigente.
- § 2º O Conselho Nacional de Saúde disporá de uma Secretaria-Executiva para coordenação das atividades de apoio técnico-administrativo.
 - Art. 52. Ao Conselho de Saúde Suplementar compete:

- I estabelecer as diretrizes gerais e supervisionar a execução das políticas do setor de saúde suplementar;
- II aprovar o contrato de gestão da Agência Nacional de Saúde Suplementar;
- III supervisionar e acompanhar as ações e o funcionamento da Agência Nacional de Saúde Suplementar;
- IV fixar diretrizes gerais para implementação no setor de saúde suplementar sobre:
- a) aspectos econômico-financeiros;
- b) normas de contabilidade, atuariais e estatísticas;
- c) parâmetros quanto ao capital e ao patrimônio líquido mínimos, bem como quanto às formas de sua subscrição e realização, quando se tratar de sociedade anônima;
- d) critérios de constituição de garantias de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, consistentes em bens, móveis ou imóveis, ou fundos especiais ou seguros garantidores;
- e) criação de fundo, contratação de seguro garantidor ou outros instrumentos que julgar adequados, com o objetivo de proteger o consumidor de planos privados de assistência à saúde, em caso de insolvência de empresas operadoras; e
 - V deliberar sobre a criação de câmaras técnicas, de caráter consultivo, de forma a subsidiar suas decisões.

Parágrafo único. A Agência Nacional de Saúde Suplementar fixará as normas sobre as matérias previstas no inciso IV do **caput**, devendo adequá-las, se necessário, quando houver diretrizes gerais estabelecidas pelo Conselho de Saúde Suplementar.

- Art. 53. À Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no Sistema Único de Saúde CONITEC compete:
- I emitir relatório sobre:
- a) a incorporação, exclusão ou alteração pelo SUS de tecnologias em saúde; e
- b) a constituição ou alteração de protocolos clínicos e diretrizes terapêuticas; e
- II propor a atualização da Relação Nacional de Medicamentos Essenciais RENAME nos termos do <u>art. 25 do Decreto nº 7.508, de 28 de junho de 2011</u>.

CAPÍTULO IV

DAS ATRIBUIÇÕES DOS DIRIGENTES

- Art. 54. Ao Secretário-Executivo incumbe:
- I coordenar, consolidar e submeter ao Ministro de Estado da Saúde o plano de ação global do Ministério;
- II supervisionar e avaliar a execução dos projetos e atividades do Ministério da Saúde;
- III supervisionar e coordenar a articulação dos órgãos do Ministério da Saúde com os órgãos centrais dos sistemas afetos à área de competência da Secretaria-Executiva; e
 - IV exercer outras atribuições que lhe forem cometidas pelo Ministro de Estado da Saúde.
- Art. 55. Aos Secretários incumbe planejar, dirigir, coordenar, orientar, acompanhar e avaliar a execução das atividades das unidades que integram as suas Secretarias, e exercer outras atribuições que lhes forem atribuídas em regimento interno.

Art. 56. Ao Chefe de Gabinete do Ministro, ao Consultor Jurídico, aos Subsecretários, aos Diretores, ao Corregedor-Geral, aos Coordenadores-Gerais e aos demais dirigentes incumbe planejar, dirigir, coordenar e orientar a execução das atividades das suas unidades e exercer outras atribuições que lhes forem cometidas em suas áreas de competência.

ANEXO II

a) QUADRO DEMONSTRATIVO DOS CARGOS EM COMISSÃO E DAS FUNÇÕES GRATIFICADAS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE

| | CARGO/ | | |
|--|-------------------|----------------------------------|--|
| | GARGU! | | |
| UNIDADE | FUNÇÃO | DENOMINAÇÃO CARGO/FUNÇ | |
| | N [⊕] | | |
| - | 5 | Assessor Especial | |
| - | 1 | Assessor Especial de Controle In | |
| - | 1 | Diretor de Programa | |
| - | 4 | Assessor | |
| - | 3 | Assessor Técnico | |
| - | - | - | |
| GABINETE | 1 | Chefe de Gabinete | |
| - | 1 | Assessor | |
| - | 3 | Assistente | |
| - | 1 | Assistente Técnico | |
| - | - | - | |
| Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro | 4 | Coordenador-Geral | |
| Divisão | 4 | Chefe | |
| Serviço | 3 | Chefe | |
| - | 21 | Assistente I | |
| - | 15 | Assistente II | |
| | 18 | Assistente III | |
| - | - | - | |
| Assessoria de Assuntos Internacionais de Saúde | 4 | Chefe de Assessoria | |
| - | 4 | Assistente Técnico | |
| Divisão | 4 | Chefe | |
| Serviço | 4 | Chefe | |
| - | 4 | Assistente I | |
| - | 2 | Assistente II | |
| - | 1 | Assistente III | |
| - | - | - | |
| Assessoria de Comunicação Social | 1 | Chefe de Assessoria | |
| Coordenação | 4 | Coordenador | |
| Divisão | 4 | Chefe | |
| Serviço | 6 | Chefe | |
| - | 4 | Assistente I | |
| - | 2 | Assistente II | |
| - | 2 | Assistente III | |
| - | - | - | |
| Assessoria Parlamentar | 4 | Chefe de Assessoria | |
| Divisão | 2 | Chefe | |
| Serviço | 3 | Chefe | |
| - | 4 | Assistente I | |
| _ | 1 | Assistente II | |
| | | | |
| | 2 | Assistente III | |
| - - | 2 | Assistente III - | |

| | CARGO/ | |
|--|---------------|--------------------------------|
| UNIDADE | FUNÇÃO | DENOMINAÇÃO CARGO/FUNÇ |
| | | |
| Divisão | 2 | Chefe |
| Serviço | 4 | Chefe |
| | - | - |
| SECRETARIA-EXECUTIVA | 4 | Secretário-Executivo |
| | 2 | Diretor de Programa |
| <u> </u> | 2 | Assessor |
| | 3 | Assessor Técnico |
| | 2 | Assistente |
| - | 5 | Assistente Técnico |
| - | 4 | Assistente I |
| - | 7 | Assistente II |
| - | - | - |
| Gabinete | 1 | Chefe de Gabinete |
| - | 3 | Assistente Técnico |
| Serviço | 4 | Chefe |
| - | 4 | Assistente I |
| - | 6 | Assistente II |
| - | 5 | Assistente III |
| | | |
| Subsecretaria de Assuntos Administrativos | 1 | Subsecretário |
| - | 1 | Subsecretário Adjunto |
| - | 3 | Assistente |
| - | 3 | Assistente Técnico |
| Divisão | 1 | Chefe |
| - | 3 | Assistente I |
| - | 4 | Assistente II |
| _ | 3 | Assistente III |
| Coordenação | 2 | Coordenador |
| - | 1 | Assistente |
| - | 1 | Assistente Técnico |
| | | |
| Coordenação-Geral de Documentação e Informação | 1 | Coordenador-Geral |
| - | 2 | Assistente Técnico |
| Coordenação | 4 | Coordenador |
| <u>Divisão</u> | 5 | Chefe |
| Serviço | 12 | Chefe |
| - | 10 | Assistente I |
| - | 7 | Assistente II |
| - | 4 | Assistente III |
| - | - | - |
| Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas | 1 | Coordenador-Geral |
| - | 1 | Assessor Técnico |
| - | 1 | Assistente |
| - | 22 | Assistente Técnico |
| Coordenação | 7 | Coordenador |
| Divisão | 8 | Chefe |
| Serviço | 10 | Chefe |
| Seção | 4 | Chefe |
| - | 21 | Assistente I |
| | 3 | Assistente III |
| | - | - |
| Coordenação-Geral de Serviços Gerais | 1 | Coordenador-Geral |
| | | |

| | CARGO/ | |
|--|--|------------------------|
| | CARGO/ FUNÇÃO | DENOMINAÇÃO CARGO/FUNÇ |
| UNIDADE | | |
| | Nº | |
| - | — ₁ | Assistente Técnico |
| Coordenação | 2 | Coordenador |
| Divisão | 2 | Chefe |
| Serviço | 3 | Chefe |
| - | 9 | Assistente I |
| - | 2 | Assistente II |
| - | 2 | Assistente III |
| - | - | - |
| Coordenação-Geral de Material e Patrimônio | 1 | Coordenador-Geral |
| Coordenação | 2 | Coordenador |
| Divisão | 4 | Chefe |
| Serviço | 2 | Chefe |
| - | - | - |
| Subsecretaria de Planejamento e Orçamento | 1 | Subsecretário |
| - | 1 | Subsecretário Adjunto |
| - | 4 | Gerente de Projeto |
| - | 4 | Assessor Técnico |
| - | 1 | Assistente |
| - | 3 | Assistente Técnico |
| - | 4 | Assistente III |
| Coordenação | 1 | Coordenador |
| Divisão | 4 | Chefe |
| - | - | - |
| Coordenação-Geral de Planejamento | 1 | Coordenador-Geral |
| - | 4 | Assessor Técnico |
| - | 5 | Assistente |
| - | 3 | Assistente Técnico |
| - | 4 | Assistente I |
| - | - | - |
| Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças | 1 | Coordenador-Geral |
| - | 4 | Assistente |
| Coordenação | 4 | Coordenador |
| - | 2 | Assistente |
| - | 10 | Assistente Técnico |
| - | 4 | Assistente I |
| - | 2 | Assistente II |
| - | 3 | Assistente III |
| - | - | - |
| Diretoria-Executiva do Fundo Nacional de Saúde | 4 | Diretor-Executivo |
| - | 2 | Gerente de Projeto |
| - | 1 | Assessor Técnico |
| Divisão | 3 | Chefe |
| Serviço | 4 | Chefe |
| - | 1 | Assistente I |
| - | 1 | Assistente II |
| - | - | - |
| Coordenação-Geral de Análise e Formalização de Investimentos | 1 | Coordenador-Geral |
| Coordenação | 2 | Coordenador |
| Divisão | 2 | Chefe |
| Serviço | 4 | Chefe |
| - | 2 | Assistente II |
| - | - | - |
| 1 | | |

| | CARGO/ | |
|--|-------------------|-----------------------------------|
| | OANGO/ | |
| UNIDADE | FUNÇÃO | DENOMINAÇÃO CARGO/FUNÇ |
| | Nº | |
| Coordenação-Geral de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil | 14 | Coordenador-Geral |
| - | 1 | Assessor Técnico |
| Coordenação | 3 | Coordenador |
| Divisão | 6 | Chefe |
| Serviço | 8 | Chefe |
| | 3 | Assistente II |
| - Coordenação-Geral de Acompanhamento de Investimentos e Análise de Contas | 1 | - Coordenador-Geral |
| Coordenação | 2 | Coordenador |
| Divisão | 1 | Chefe |
| Serviço | 6 | Chefe |
| - | 4 | Assistente II |
| - - | | |
| Departamento de Logística em Saúde | 1 | Diretor |
| | 1 | Assistente |
| Coordenação | 1 | Coordenador |
| Divisão | 4 | Chefe |
| | 9 | Assistente I |
| | 3 | Assistente II |
| | 2 | Assistente III |
| | - | - |
| Coordenação-Geral de Gestão e Planejamento Logístico em Saúde | 1 | Coordenador-Geral |
| Divisão | 1 | Chefe |
| - | - | - |
| Coordenação-Geral de Análise das Contratações de Insumos | l, | |
| Estratégicos para Saúde | 1 | Coordenador-Geral |
| Coordenação | 1 | Coordenador |
| Divisão | 3 | Chefe |
| - Coordonosão Corol do Ligitaçãos o Contratos da Las com Estadas de | - | - |
| Coordenação-Geral de Licitações e Contratos de Insumos Estratégicos | 1, | Coordonador Caral |
| para Saúde Divisão | 3 | Coordenador-Geral Chefe |
| DIVIDAU | 9 | Спас |
| - Coordenação-Geral de Armazenagem e Distribuição | 1 | - Coordenador-Geral |
| Coordenação Coordenação | 1 | Coordenador |
| Contral de Armazenagem e Distribuição de Insumos Estratégicos | + 4 | Chefe de Central |
| Divisão | + 4 | Chefe |
| Divisao Serviço | + 4 | Chefe |
| | - | |
| - Departamento de Economia da Saúde, Investimentos e Desenvolvimento | 1 | Diretor |
| | 1 | Diretor Chefe |
| Serviço | 1 | |
| - Coordonooão | 1 | Assistente III |
| Coordenação | 2 | Coordenador |
| Coordonação Coral do Economio do Soúdo | 1 | Coordonador Caral |
| Coordenação-Geral de Economia da Saúde | 1 | Coordenador-Geral |
| - Coordonooão | 1 | Assessor Técnico |
| Coordenação | 1 | Coordenador |
| Coordonação Caral da Draggaraga a Draiatas da Casasas a Tústica | - 4 | Coordonadar Caral |
| Coordenação-Geral de Programas e Projetos de Cooperação Técnica | 1 | Coordenador-Geral |
| <u> </u> | 2 | Assistente |

| LINIDADE | CARGO/ | |
|---|--------------------------------|------------------------|
| LINIDADE | E. D.O. F.O. | |
| UNIDADE | FUNÇÃO | DENOMINAÇÃO CARGO/FUNÇ |
| | Nºº | |
| - | | Assistente Técnico |
| Coordenação | 2 | Coordenador |
| - | 1 | Assistente III |
| - | - | - |
| Departamento de Monitoramento e Avaliação do SUS | 1 | Diretor |
| - | = | - |
| Coordenação-Geral de Monitoramento e Avaliação | 4 | Coordenador-Geral |
| - | 4 | Assessor Técnico |
| - | 1 | Assistente |
| - | 2 | Assistente Técnico |
| - | 4 | Assistente II |
| - | - | - |
| Coordenação-Geral de Gestão da Informação Estratégica | 1 | Coordenador-Geral |
| - | 1 | Assessor Técnico |
| - | 1 | Assistente |
| <u>-</u> | 1 | Assistente II |
| Núcleos Cataducia | - | - |
| Núcleos Estaduais Divisão | - 34 | Chefe |
| | 34 68 | Chefe |
| Serviço | 25 | Chefe |
| Seção | 20 60 | Assistente I |
| - | 00 | Assistante i |
| CONSULTORIA JURÍDICA | 1 | Consultor Jurídico |
| | 2 | Assistente |
| Divisão | 2 | Chefe |
| Serviço | 3 | Chefe |
| _ | 4 | Assistente I |
| | 4 | Assistente II |
| | 1 | Assistente III |
| _ | - | - |
| Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos | 1 | Coordenador-Geral |
| Coordenação | 2 | Coordenador |
| Divisão | 1 | Chefe |
| Serviço | 1 | Chefe |
| - | = | - |
| Coordenação-Geral de Acompanhamento Jurídico | 4 | Coordenador-Geral |
| Coordenação | 2 | Coordenador |
| Divisão | 2 | Chefe |
| Serviço | 4 | Chefe |
| | | |
| CORREGEDORIA-GERAL | 4 | Corregedor-Geral |
| Coordenação | 2 | Coordenador |
| | | |
| SECRETARIA DE ATENÇÃO À SAÚDE | 1 | Secretário |
| - | 4 | Assessor |
| - | 1 | Assessor Técnico |
| - | 2 | Assistente Técnico |
| - | 1 | Gerente de Projeto |
| - | - | <u> -</u> |
| Gabinete | 4 | Chefe de Gabinete |
| - | 2 | Assessor Técnico |

| | CARGO/ | |
|--|-------------------|------------------------|
| | UARGU/ | |
| UNIDADE | FUNÇÃO | DENOMINAÇÃO CARGO/FUNÇ |
| | N≘ | |
| - | 4 | Assistente |
| - | 1 | Assistente I |
| - | 1 | Assistente II |
| Divisão | 1 | Chefe |
| - | 2 | Assistente Técnico |
| - | 3 | Assistente I |
| - | 2 | Assistente II |
| - | 1 | Assistente III |
| Serviço | 1 | Chefe |
| - | 1 | Assistente I |
| - | 1 | Assistente II |
| - | - | - |
| Coordenação-Geral de Planejamento e Orçamento | 1 | Coordenador-Geral |
| - | 1 | Assessor Técnico |
| - | 1 | Assistente |
| - | 1 | Assistente Técnico |
| - | 1 | Assistente I |
| - | 1 | Assistente II |
| - | | |
| Coordenação-Geral de Informação e Monitoramento de Serviços e Redes de Atenção à Saúde | 1 | Coordenador-Geral |
| Coordenação-Geral da Política Nacional de Humanização | 1 | Coordenador-Geral |
| | | |
| - | - | - |
| Departamento de Atenção Básica | 1 | Diretor |
| - | 1 | Assessor Técnico |
| Divisão | 1 | Chefe |
| - | - | - |
| Coordenação-Geral de Gestão da Atenção Básica | 1 | Coordenador-Geral |
| - | 1 | Assistente |
| - | - | - |
| Coordenação-Geral de Saúde Bucal | 4 | Coordenador-Geral |
| - | 4 | Assessor Técnico |
| - | - | - |
| Coordenação-Geral de Acompanhamento e Avaliação da Atenção | | |
| Básica | 1 | Coordenador-Geral |
| - | 1 | Assessor Técnico |
| - | - | - |
| Coordenação-Geral de Alimentação e Nutrição | 1 | Coordenador-Geral |
| - | 1 | Assessor Técnico |
| - | - | - |
| Departamento de Atenção Hospitalar e de Urgência | 1 | Diretor |
| - | 4 | Assessor Técnico |
| - | 1 | Assistente |
| - | 1 | Assistente Técnico |
| Divisão | 4 | Chefe |
| - | 2 | Assistente Técnico |
| - | 1 | Assistente I |
| - | 1 | Assistente III |
| - | - | - |
| Coordenação-Geral da Força Nacional do SUS | 1 | Coordenador-Geral |
| | | |

| | CARGO/ | |
|---|---------------|-----------------------------------|
| | JAK GO/ | |
| UNIDADE | FUNÇÃO | DENOMINAÇÃO CARGO/FUNÇ |
| | Nº | |
| Coordenação-Geral de Sangue e Hemoderivados | 1 | Coordenador-Geral |
| - | 1 | Assessor Técnico |
| - | 1 | Assistente |
| - | - | - |
| Coordenação-Geral de Urgência e Emergência | 4 | Coordenador-Geral |
| - | 4 | Assessor Técnico |
| - | 1 | Assistente |
| Coordenação | 1 | Coordenador |
| - | - | - |
| Coordenação-Geral do Sistema Nacional de Transplantes | 1 | Coordenador-Geral |
| - | 1 | Assessor Técnico |
| - | 1 | Assistente |
| - | 4 | Assistente Técnico |
| Coordonação Caral do Atanção Hamitalar | 4 | - Coordenador-Geral |
| Coordenação-Geral de Atenção Hospitalar | 1 | |
| - | 1 | Assessor Técnico Assistente |
| - | 2 | Assistente Técnico |
| - | <u>≠</u> 2 | Assistente II |
| - | <u>≠</u> 2 | Assistente III |
| _ | | Assisterite iii |
| Departamento de Ações Programáticas Estratégicas | <u> </u> | Diretor |
| | 5 | Assessor Técnico |
| _ | 1 | Assistente |
| Divisão | 1 | Chefe |
| Coordenação | 1 | Coordenador |
| | | |
| Coordenação-Geral de Saúde das Mulheres | 4 | Coordenador-Geral |
| | | |
| Coordenação-Geral de Saúde da Criança e Aleitamento Materno | 1 | Coordenador-Geral |
| · | | |
| Coordenação-Geral de Saúde dos Adolescentes e Jovens | 4 | Coordenador-Geral |
| | | |
| Coordenação Geral de Saúde da Pessoa com Deficiência | 1 | Coordenador-Geral |
| | | |
| Departamento de Regulação, Avaliação e Controle de Sistemas | 4 | Diretor |
| - | 4 | Assessor Técnico |
| Divisão | 4 | Chefe |
| - | 1 | Assistente Técnico |
| - | 1 | Assistente I |
| - | - | - |
| Coordenação-Geral dos Sistemas de Informação | 4 | Coordenador-Geral |
| - | 1 | Assessor Técnico |
| - | 1 | Assistente |
| - | 7 | Assistente Técnico |
| - | 2 | Assistente II |
| | - | - |
| Coordenação-Geral de Controle de Serviços e Sistemas | 1 | Coordenador-Geral |
| - | 2 | Assessor Técnico |
| - | 1 | Assistente |
| - | 6 | Assistente Técnico |
| - | 2 | Assistente II |

| | CARGO/ | |
|---|--------------------|----------------------------|
| UNIDADE | FUNÇÃO | DENOMINAÇÃO CARGO/FUNÇ |
| | N <u>⊕</u> | |
| <u>-</u> | ⊣ ¹ | Assistente III |
| _ | - | - |
| Coordenação-Geral de Regulação e Avaliação | 1 | Coordenador-Geral |
| - | 3 | Assessor Técnico |
| - | 4 | Assistente Técnico |
| - | - | - |
| - | - | - |
| Coordenação-Geral de Planejamento e Programação das Ações de Saúde | 1 | Coordenador-Geral |
| - | 1 | Assessor Técnico |
| - | - | - |
| Departamento de Gestão Hospitalar no Estado do Rio de Janeiro | 1 | Diretor |
| Divisão | 2 11 | Chefe |
| | ++ | Assistente I |
| Coordenação-Geral de Administração | - | Coordenador-Geral |
| Coordenação | 4 | Coordenador Coordenador |
| Divisão | 1 | Chefe |
| - | _ | - |
| Coordenação-Geral de Assistência | 1 | Coordenador-Geral |
| Divisão | 2 | Chefe |
| - | - | - |
| Hospital Federal de Ipanema | 1 | Diretor de Hospital |
| Coordenação | 2 | Coordenador |
| Divisão | 2 | Chefe |
| Serviço | 7 | Chefe |
| - | 5 | Assistente I |
| - Hospital Federal da Lagoa | <u>-</u> 4 | Diretor de Hospital |
| Coordenação | 2 | Coordenador |
| Divisão | 2 | Chefe |
| Serviço | 7 | Chefe |
| - | <u>5</u> | Assistente I |
| - | | |
| Hospital Federal do Andaraí | 1 | Diretor de Hospital |
| Coordenação | 2 | Coordenador |
| Divisão | 2 | Chefe |
| Serviço | 7 | Chefe |
| - | 8 | Assistente I |
| - Heavital Federal Cardona Frants | - | Director de Heavitel |
| Hospital Federal Cardoso Fontes | 1 | Diretor de Hospital |
| Coordenação Divisão | 2 | Coordenador Chefe |
| Serviço | | Chefe |
| | + | Assistente I |
| | - | - |
| Hospital Federal dos Servidores do Estado | <u>-</u> 4 | Diretor de Hospital |
| - | 1 | Assistente |
| Coordenação | 4 | Coordenador |
| Divisão | 8 | Chefe |
| Serviço | 3 | Chefe |
| - | 2 | Assistente III |
| | | |

| | CARGO/ | |
|---|--------------------------------|-----------------------------------|
| | OARGO/ | |
| UNIDADE | FUNÇÃO | DENOMINAÇÃO CARGO/FUNÇ |
| | Nº | |
| - | - | - |
| Hospital Federal de Bonsucesso | 1 | Diretor de Hospital |
| <u>- </u> | 1 | Assistente |
| Coordenação | 5 | Coordenador |
| Divisão | 9 | Chefe |
| Serviço | 2 | Chefe |
| - Departamento de Certificação de Entidades Beneficentes de Assistência Social em Saúde | 1 | - Diretor |
| Divisão | 1 | Chefe |
| - | 2 | Assistente III |
| - | | - |
| Coordenação-Geral de Análise e Gestão de Processos e Sistemas | 1 | Coordenador-Geral |
| Coordonação Corol do Corrigionação | - 1 ₄ | - Coordonador Caral |
| Coordenação-Geral de Certificação | 1 | Coordenador-Geral |
| Departamento de Atenção Especializada e Temática | 14 | Diretor |
| Divisão | 4 | Chefe |
| 191940 | 4 | Assistente Técnico |
| Coordenação | 2 | Coordenador |
| ooorden agao | | Goordonado. |
| Coordenação-Geral de Média e Alta Complexidade | 1 | Coordenador-Geral |
| - | 1 | Assessor Técnico |
| - | 1 | Assistente |
| - | - | - |
| Coordenação-Geral de Atenção às Pessoas com Doenças Crônicas | -1 | Coordenador-Geral |
| | _ | - |
| Coordenação-Geral de Saúde Mental, Álcool e outras Drogas | -1 | Coordenador-Geral |
| Institute Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva | 4 | Diretor-Geral |
| INStituto ivacional de Gancer Jose Alencar Gomes da Girva | | Assistente |
| Gabinete | 1 1 | Chefe de Gabinete |
| Coordenação | 6 | Coordenador |
| Hospital | 3 | Diretor de Hospital |
| Centro | 2 | Chefe de Centro |
| Divisão | 55 | Chefe |
| Serviço | 38 | Chefe |
| Seção | 44 | Chefe |
| - | | - |
| Instituto Nacional de Cardiologia | 1 | Diretor de Instituto |
| - | 1 | Assistente Técnico |
| Coordenação | 4 | Coordenador |
| Divisão | 6 | Chefe |
| Serviço | 5 | Chefe |
| - | 2 | Assistente III |
| - | | - |
| Instituto Nacional de Traumatologia e Ortopedia Jamil Haddad | 1 | Diretor de Instituto |
| - | 1 | Assistente Técnico |
| Coordenação | 4 | Coordenador |
| Divisão | 6 | Chefe |
| Serviço | 5 | Chefe |
| - | 2 | Assistente III |
| | | |

| | loance: | | | |
|---|--------------------------------|------------------------------------|--|--|
| | CARGO/ | | | |
| UNIDADE | FUNÇÃO | DENOMINAÇÃO CARGO/FUNÇ | | |
| | Nº | | | |
| - | _ .`` _ | _ | | |
| - | _ | _ | | |
| SECRETARIA DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA | | | | |
| SAÚDE | 1 | Secretário | | |
| - | 2 | Diretor de Programa | | |
| - | 1 | Assessor | | |
| - | 1 | Assessor Técnico | | |
| - | _ | - | | |
| Gabinete | 1 | Chefe de Gabinete | | |
| - | 2 | Assistente | | |
| - | 2 | Assistente Técnico | | |
| - | 1 | Assistente I | | |
| - | 1 | Assistente III | | |
| Divisão | 1 | Chefe | | |
| - | 12 | Assistente I | | |
| - | - | - | | |
| Coordenação-Geral de Planejamento e Orçamento | 1 | Coordenador-Geral | | |
| - | 1 | Assessor Técnico | | |
| - | 4 | Assistente | | |
| - | - | - | | |
| Departamento de Gestão da Educação na Saúde | 1 | Diretor | | |
| - | 2 | Assessor Técnico | | |
| Serviço | 4 | Chefe | | |
| - | 2 | Assistente I | | |
| Consideração Constido Açãos Estratánicos em Educação na Caúda | - | - | | |
| Coordenação-Geral de Ações Estratégicas em Educação na Saúde | 4 | Coordenador-Geral | | |
| - | 1 | Assessor Técnico | | |
| Coordenação-Geral de Ações Técnicas em Educação na Saúde | 1 | Coordenador-Geral | | |
| Coordenação-Gerar de Ações Teoriicas em Educação na Saude | 1 1 | Assessor Técnico | | |
| - | + | Assistente | | |
| - | 1 | ASSISTENCE | | |
| Departamento de Gestão e da Regulação do Trabalho em Saúde | 1 | - Diretor | | |
| Departamento de Gestao e da Regulação do Trabalho em Gadde | T | Diretor | | |
| Coordenação-Geral da Gestão do Trabalho em Saúde | 1 | Coordenador-Geral | | |
| | 2 | Assessor Técnico | | |
| | 2 | Assistente | | |
| _ | _ | - | | |
| L Coordenação-Geral da Regulação e Negociação do Trabalho em Saúde | 1 | Coordenador-Geral | | |
| - | 2 | Assessor Técnico | | |
| - | 3 | Assistente | | |
| | | | | |
| Departamento de Planejamento e Regulação da Provisão de | , | | | |
| Profissionais de Saúde | 1 | Diretor | | |
| | 4 | Gerente de Projeto | | |
| - | _ | - | | |
| SECRETARIA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INSUMOS | | | | |
| <u>ESTRATÉGICOS</u> | 1 | Secretário | | |
| - | 1 | Assistente Técnico | | |
| - | - | - | | |
| Gabinete | 1 | Chefe de Gabinete | | |
| - | 3 | Assessor Técnico | | |

| | OADCC! | т |
|--|-------------------|---------------------------------|
| | CARGO/ | |
| UNIDADE | FUNÇÃO | DENOMINAÇÃO CARGO/FUNÇ |
| | Nº | |
| - | 6 | Assistente I |
| - | - | - |
| Coordenação-Geral de Planejamento e Orçamento | 1 | Coordenador-Geral |
| - | 1 | Assessor Técnico |
| - | - | - |
| Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos | 1 | Diretor |
| - | 3 | Assessor Técnico |
| - | - | - |
| Coordenação-Geral de Assistência Farmacêutica Básica | 1 | Coordenador-Geral |
| - | - | - |
| Coordenação-Geral de Assistência Farmacêutica e Medicamentos | 4 | O a sur la sur la sur O a sur l |
| Estratégicos | 1 | Coordenador-Geral |
| Coordenação-Geral do Componente Especializado da Assistência | <u>-</u> | |
| Farmacêutica | 4 | Coordenador-Geral |
| | | - |
| Departamento de Ciência e Tecnologia | 1 | Diretor |
| - | 2 | Assessor Técnico |
| - | 1 | Assistente |
| - | _ | - |
| Coordenação-Geral de Gestão do Conhecimento em Ciência e | | |
| Tecnologia | 4 | Coordenador-Geral |
| - | - | - |
| Coordenação-Geral de Fomento e Avaliação de Tecnologias em Saúde | 1 | Coordenador-Geral |
| - | - | - |
| Departamento do Complexo Industrial e Inovação em Saúde | 1 | Diretor |
| - | 2 | Assessor Técnico |
| - | = | - |
| Coordenação-Geral de Equipamentos e Materiais de uso em Saúde | 1 | Coordenador-Geral |
| - | 4 | Assessor Técnico |
| Construction Construction Development | - | - |
| Coordenação-Geral de Assuntos Regulatórios | 1 | Coordenador-Geral |
| - | 1 | Assessor Técnico |
| Coordenação-Geral de Base Química e Biotecnológica | - 4 | Coordenador-Geral |
| -соогаенаўас-чегагае вазе Quirnica е вістесноюдіса | <u> </u> | Coordenador-Geral |
| Departamento de Gestão e Incorporação de Tecnologias em Saúde | <u>-</u> 4 | - Diretor |
| | | - |
| SECRETARIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA E PARTICIPATIVA | 1 | Secretário |
| - | 1 | Assessor Técnico |
| - | 1 | Assistente Técnico |
| - | - | - |
| Gabinete | 1 | Chefe de Gabinete |
| Divisão | 1 | Chefe |
| - | 1 | Assistente I |
| - | 2 | Assistente II |
| Serviço | 1 | Chefe |
| - | - | - |
| Coordenação-Geral de Planejamento e Orçamento | 1 | Coordenador-Geral |
| - | 2 | Assistente |
| - | 1 | Assistente I |
| - | 1 | Assistente II |

| | CARCO | | | |
|---|--------------------|------------------------------------|--|--|
| | CARGO/ | | | |
| UNIDADE | FUNÇÃO | DENOMINAÇÃO CARGO/FUNÇ | | |
| | N ^e | | | |
| - | - | - | | |
| Departamento de Apoio à Gestão Participativa | 1 | Diretor | | |
| | 1 | Assistente Técnico | | |
| - | 1 | Assistente II | | |
| - | - | - | | |
| Coordenação-Geral de Apoio à Educação Popular e à Mobilização | 4 | Coordonodon Corol | | |
| Social | 4 | Coordenador-Geral Assessor Técnico | | |
| <u>-</u> | + 4 | Assistente | | |
| | 1 | Assistente I | | |
| _ | _ | | | |
| Coordenação-Geral de Apoio à Gestão Participativa e ao Controle Social | 1 | Coordenador-Geral | | |
| - October ação Octobra de Apollo a Octobra i articipativa e ao Octobro Octobr | 1 | Assessor Técnico | | |
| _ | 1 | Assistente | | |
| _ | 1 | Assistente I | | |
| _ | - | - | | |
| Departamento de Ouvidoria-Geral do SUS | 1 | Diretor | | |
| - | 1 | Assistente Técnico | | |
| - | - | - | | |
| Coordenação-Geral de Pesquisa e Processamento de Demandas | 1 | Coordenador-Geral | | |
| - | 1 | Assessor Técnico | | |
| - | 1 | Assistente | | |
| - | 1 | Assistente II | | |
| - | - | - | | |
| Coordenação-Geral do Sistema Nacional de Ouvidoria | 1 | Coordenador-Geral | | |
| - | 1 | Assessor Técnico | | |
| - | 4 | Assistente | | |
| - | 1 | Assistente II | | |
| - | = | - | | |
| Departamento Nacional de Auditoria do SUS | 1 | Diretor | | |
| - | 1 | Assessor Técnico | | |
| - | 1 | Assistente | | |
| - | 2 | Assistente Técnico | | |
| - | 6 | Assistente I | | |
| Coordenação | 1 | Coordenador | | |
| - | 2 | Assistente Técnico | | |
| - | 2 | Assistente I | | |
| - | - | - | | |
| Coordenação-Geral de Auditoria | 1 | Coordenador-Geral | | |
| - | 1 | Assistente | | |
| - | 1 | Assistente I | | |
| Coordenação | 3 | Coordenador | | |
| - | 3 | Assistente | | |
| - | 2 | Assistente Técnico | | |
| Coordonação Caral do Docembel ilmento Namentinosão o Construir | - | - | | |
| Coordenação-Geral de Desenvolvimento, Normatização e Cooperação Técnica | 1 | Coordenador-Geral | | |
| Teenioa | 1 4 | Assistente | | |
| | + 4 | Assistente I | | |
| Coordenação | 2 | Coordenador | | |
| | 2 | Assistente Técnico | | |
| | <u></u> | | | |
| | <u> </u> | i - | | |

| | CARGO/ | T |
|---|----------------|-------------------------------|
| UNIDADE | FUNÇÃO | DENOMINAÇÃO CARGO/FUNÇ |
| OMBASE | 1 Origina | BENOWINA GARGON GIVE |
| | N [≘] | |
| Coordenação-Geral de Infraestrutura e Logística | 1 | Coordenador-Geral |
| - | 4 | Assistente |
| - | 4 | Assistente I |
| - - | | |
| Departamento de Informática do SUS | 1 | Diretor |
| | 2 | Assistente |
| - | 2 | Assistente I |
| Divisão | 1 | Chefe |
| Serviço | 1 | Chefe |
| - | 3 | Assistente I |
| Coordenação | 4 | Coordenador |
| Divisão | 1 | Chefe |
| - | | - |
| Coordenação-Geral de Análise e Manutenção | 1 | Coordenador-Geral |
| Coordenação | 2 | Coordenador |
| Divisão | 2 | Chefe |
| - | 4 | Assistente |
| - | 1 | Assistente Técnico |
| - | 7 | Assistente I |
| - | - | - |
| Coordenação-Geral de Gestão de Projetos | 1 | Coordenador-Geral |
| Coordenação | 2 | Coordenador |
| - | 2 | Assistente |
| - | - | - |
| Coordenação-Geral de Infraestrutura | 4 | Coordenador-Geral |
| Coordenação | 2 | Coordenador |
| Divisão | 2 | Chefe |
| - | 4 | Assistente |
| - | 4 | Assistente I |
| - | 1 | Assistente III |
| - | - | - |
| Coordenação-Geral de Disseminação de Informações em Saúde | 4 | Coordenador-Geral |
| Coordenação | 4 | Coordenador |
| Divisão | 4 | Chefe |
| - | 4 | Assistente |
| - | 3 | Assistente I |
| - | - | - |
| Departamento de Articulação Interfederativa | 4 | Diretor |
| - | 4 | Assistente |
| - | 1 | Assistente Técnico |
| Serviço | 1 | Chefe |
| - | 2 | Assistente I |
| - | <u>-</u> 4 | Assistente II |
| Coordenação | 1 | Coordenador |
| - | - | - |
| Coordenação-Geral de Cooperação Interfederativa | 1 | Coordenador-Geral |
| - | 1 | Assessor Técnico |
| _ | 1 | Assistente |
| | 1 | Assistente Técnico |
| <u> </u> | | - |
| Coordenação-Geral de Contratualização Interfederativa | 1 | Coordenador-Geral |
| | 4 | Assessor Técnico |
| - | <u></u> | 170000001 1 COTHOO |

| | OADCO! | |
|--|--|-------------------------------|
| | CARGO/ | |
| UNIDADE | FUNÇÃO | DENOMINAÇÃO CARGO/FUNÇ |
| | N≘ | |
| - | 11 | Assistente |
| - | _ | - |
| Coordenação-Geral de Articulação de Instrumentos da Gestão | | |
| Interfederativa | 4 | Coordenador-Geral |
| - | 1 | Assessor Técnico |
| - | 4 | Assistente Técnico |
| - | - | - |
| SECRETARIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE | 1 | Secretário |
| - | 2 | Assessor Técnico |
| - Oakia ata | - | - Objects de Oakiaata |
| Gabinete | 1 | Chefe de Gabinete |
| - | 1 8 | Assistente Assistente Técnico |
| Divisão | 1 | Chefe |
| | 1 | Assistente I |
| _ | _ | - |
| Coordenação-Geral de Planejamento e Orçamento | 1 | Coordenador-Geral |
| - | 14 | Assistente I |
| - | - | - |
| Departamento de Vigilância das Doenças Transmissíveis | 4 | Diretor |
| - | 4 | Assistente I |
| - | - | - |
| Coordenação-Geral de Doenças Transmissíveis | 4 | Coordenador-Geral |
| - | 3 | Assessor Técnico |
| - | 4 | Assistente I |
| - | - | - |
| Coordenação-Geral do Programa Nacional de Controle da Tuberculose | 4 | Coordenador-Geral |
| - | 2 | Assessor Técnico |
| - | - | - |
| Coordenação-Geral do Programa Nacional de Imunizações | 1 | Coordenador-Geral |
| - | 2 | Assessor Técnico |
| - | 1 | Assistente I |
| Coordenação-Geral de Hanseníase e Doenças em Eliminação | 1 | Coordenador-Geral |
| — — — — — — — — — — — — — — — — — — — | 1 1 | Assessor Técnico |
| | <u>T</u> _ | - |
| Coordenação-Geral do Programa Nacional de Controle da Dengue | 1 | Coordenador-Geral |
| - | 1 | Assessor Técnico |
| - | - | - |
| Coordenação-Geral do Programa Nacional de Controle da Malária | 4 | Coordenador-Geral |
| - | 4 | Assessor Técnico |
| - | - | - |
| Departamento de Vigilância de Doenças e Agravos não Transmissíveis | | |
| e Promoção da Saúde | 1 | Diretor |
| - | 2 | Assessor Técnico |
| - | 2 | Assistente I |
| Coordonação Caral do Vigilância do Donação a Agravas não | <u>-</u> | - |
| Coordenação-Geral de Vigilância de Doenças e Agravos não Transmissíveis e Promoção da Saúde | 1 | Coordenador-Geral |
| Transmissiveis e i romoção da Sadde | <u> </u> | |
| Coordenação-Geral de Informações e Análise Epidemiológicas | 14 | Coordenador-Geral |
| - | - | - |
| L | 1 | |

| | CARCO! | |
|---|------------------------------|---|
| | CARGO/ | |
| UNIDADE | FUNÇÃO | DENOMINAÇÃO CARGO/FUNÇ |
| | Nº | |
| Departamento de Gestão da Vigilância em Saúde | 14 | Diretor |
| - | - | - |
| Coordenação-Geral de Laboratórios de Saúde Pública | 4 | Coordenador-Geral |
| Coordenação | 2 | Coordenador |
| - | 1 | Assistente I |
| - | - | - |
| Coordenação-Geral de Desenvolvimento da Epidemiologia em Serviços | 4 | Coordenador-Geral |
| Coordenação | 4 | Coordenador |
| - | - | |
| Departamento de Vigilância, Prevenção e Controle das Doenças Sexualmente Transmissíveis, Síndrome da Imunodeficiência Adquirida | | |
| e Hepatites Virais | 1 | Diretor |
| Coordonosão Corol do Asãos Fatrotánicos em DOT AIDO e Lie dir | - | <u> </u> |
| Coordenação-Geral de Ações Estratégicas em DST, AIDS e Hepatites Virais | 1 | Coordenador-Geral |
| - | 2 | Assistente Técnico |
| | - | |
| Coordenação-Geral de Vigilância e Prevenção de DST, AIDS e Hepatites Virais | 4 | Coordenador-Geral |
| Coordenação | 4 | Coordenador |
| - | 1 | Assistente Técnico |
| - | - | |
| Departamento de Vigilância em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador | 1 | Diretor |
| - | - | - |
| Coordenação-Geral de Vigilância em Saúde Ambiental | 4 | Coordenador-Geral |
| - | 2 | Assessor Técnico |
| - | - | - |
| Coordenação-Geral de Saúde do Trabalhador | 1 | Coordenador-Geral |
| - | 1 | Assessor Técnico |
| - | 1 | Assistente |
| - Institute Francis Charac | - | Director de la estitute |
| Instituto Evandro Chagas | 1 2 | Diretor de Instituto Assistente Técnico |
| Convino | 4 | Chefe |
| Serviço Seção | 9 | Chefe |
| Setor | 6 | Chefe |
| _ | <u> -</u> | - |
| Centro Nacional de Primatas | 1 | Diretor de Centro |
| - | 1 | Assistente Técnico |
| Serviço | 3 | Chefe |
| Seção | 2 | Chefe |
| - | 3 | Assistente I |
| - | - | - |
| SECRETARIA ESPECIAL DE SAÚDE INDÍGENA | 1 | Secretário |
| - | 1 | Gerente de Projeto |
| - | 1 | Assessor Técnico |
| - | 14 | Assistente I |
| Coordenação | 1 | Coordenador |
| - | - | - |
| Gabinete | 1 | Chefe de Gabinete |
| Serviço | 4 | Chefe |
| | | |

| | CARGO/ | |
|--|-------------------------------|------------------------------------|
| | OAITOO , | |
| UNIDADE | FUNÇÃO | DENOMINAÇÃO CARGO/FUNÇ |
| | | · |
| | _ N º | |
| - Constitution Organical de Planciamento o Organical | - | - Carridanadar Caral |
| Coordenação-Geral de Planejamento e Orçamento | 4 | Coordenador-Geral |
| - Departamento de Atenção à Saúde Indígena | - | - Diretor |
| Casa de Saúde Indígena | 1 | Chefe |
| - | - | - |
| Coordenação-Geral de Articulação da Atenção à Saúde Indígena | 1 | Coordenador-Geral |
| - | - | - |
| Coordenação-Geral de Atenção Primária à Saúde Indígena | 1 | Coordenador-Geral |
| Divisão | 2 | Chefe |
| | | |
| Departamento de Gestão da Saúde Indígena | 1 | Diretor |
| | <u> </u> | |
| Coordenação-Geral de Monitoramento e Avaliação da Saúde Indígena | 1 | Coordenador-Geral |
| Divisão | 2 | Chefe |
| - | <u> </u> | <u> </u> |
| Coordenação-Geral de Apoio à Gestão da Saúde Indígena | 1 | Coordenador-Geral |
| Divisão | 2 | Chefe |
| - Constant - Editionação do Coúdo Indígono | - | |
| Departamento de Saneamento e Edificações de Saúde Indígena | 4 | Diretor |
| - Coordenação-Geral de Saneamento e Edificações de Saúde Indígena | <u>-</u> 4 | - Coordenador-Geral |
| Divisão | 1 2 | Chefe |
| I I I I I I I I I I I I I I I I I I I | ± | |
| Distritos Sanitários Especiais Indígenas | - | - - |
| Tipo I | - 21 | Coordenador Distrital de Saúde Ir |
| Divisão | 21 | Chefe |
| Casa de Saúde Indígena | 42 | Chefe |
| Serviço | 84 | Chefe |
| Seção | 21 | Chefe |
| - | 42 | Assistente I |
| - | <u></u> | <u> </u> |
| Tipo II | 13 | Coordenador Distrital de Saúde I |
| | 4 | Assistente Técnico |
| Divisão | 13 | Chefe |
| Casa de Saúde Indígena | 19 | Chefe |
| Serviço | 55 | Chefe |
| Seção | 13 | Chefe |
| | 26 | Assistente I |
| - | <u>F</u> | - |
| SECRETARIA-EXECUTIVA DO CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE | 1 | Secretário-Executivo |
| Coordenação | 2 | Coordenador |
| - | 2 | Assistente |
| - | 1 | Assistente Técnico |
| - | 1 | Assistente I |
| - | 2 | Assistente II |
| - | 2 | Assistente III |

b) QUADRO RESUMO DE CUSTOS DOS CARGOS EM COMISSÃO E DAS FUNÇÕES GRATIFICADAS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE

| CÓDIGO | DAS-UNITA | ÁRIO | SITUAÇ | SÃO ATUAL | SITUAÇ | ÃO NOVA |
|-------------------|-----------|-----------------|--------|----------------------|--------|--------------------|
| | | | | | | |

| | | QTDE. | VALOR TOTAL | QTDE. | VAL |
|------------------|-----------------|------------------|---------------------|------------------|------------------|
| NE | 5,72 | 1 | 5,72 | 1 | 5,72 |
| 101.6 | 5,59 | 6 | 33,54 | 6 | 33,5 |
| 101.5 | 4,50 | 40 | 180,00 | 41 | 184 , |
| 101.4 | 3,43 | 145 | 497,35 | 151 | 517 , |
| 101.3 | 1,97 | 116 | 228,52 | 123 | 242, |
| 101.2 | 1,27 | 229 | 290,83 | 230 | 292, |
| 101.1 | 1,00 | 4 37 | 437,00 | 437 | 437, |
| 102.5 | 4,50 | 6 | 27,00 | 6 | 27,0 |
| 102.4 | 3,43 | 9 | 30,87 | 9 | 30,8 |
| 102.3 | 1,97 | 98 | 193,06 | 94 | 185 , |
| 102.2 | 1,27 | 84 | 106,68 | 85 | 107 , |
| 102.1 | 1,00 | 127 | 127,00 | 127 | 127 , |
| SUBTOTAL - 1 | | 1.298 | 2.157,57 | 1.310 | 2.19 |
| FG-1 | 0,20 | 461 | 92,20 | 461 | 92,2 |
| FG-2 | 0,15 | 87 | 13,05 | 87 | 13,0 |
| FG-3 | 0,12 | 69 | 8 ,28 | 69 | 8,28 |
| SUBTOTAL - 2 | | 617 | 113,53 | 617 | 113 |
| TOTAL (1 + 2) | | 1.915 | 2.271,10 | 1.927 | 2.30 |

ANEXO II (Redação dada pelo Decreto nº 8.490, de 2015)

a) QUADRO DEMONSTRATIVO DOS CARGOS EM COMISSÃO E DAS FUNÇÕES GRATIFICADAS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE

| | CARGO/ | |
|--|--------|-----------------------------|
| UNIDADE | FUNÇÃO | DENOMINAÇÃO CARGO/F |
| | Nº | |
| | 5 | Assessor Especial |
| | 1 | Assessor Especial de Contro |
| | 1 | Diretor de Programa |
| | 4 | Assessor |
| | 3 | Assessor Técnico |
| GABINETE | 1 | Chefe de Gabinete |
| O/IDINE FE | 1 | Assessor |
| | 3 | Assistente |
| | 1 | Assistente Técnico |
| Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro | 1 | Coordenador-Geral |
| Divisão | 4 | Chefe |
| Serviço | 3 | Chefe |
| | 21 | Assistente I |
| | 15 | Assistente II |
| | 18 | Assistente III |
| Assessoria de Assuntos Internacionais de Saúde | 1 | Chefe de Assessoria |
| Assessona de Assantos internacionais de Cadac | 1 | Assistente Técnico |
| Divisão | 1 | Chefe |
| Serviço | 4 | Chefe |
| Colviço | 1 | Assistente I |
| | 2 | Assistente II |
| | 1 | Assistente III |

| | CARGO/ | |
|---|----------------|-----------------------|
| UNIDADE | FUNÇÃO | DENOMINAÇÃO CARGO/F |
| UNIDADE | | DENUMINAÇÃO CANGO/I |
| | Nº | |
| Assessoria de Comunicação Social | 1 | Chefe de Assessoria |
| Coordenação | 1 | Coordenador |
| Divisão | 1 | Chefe |
| Serviço | 6 | Chefe |
| | 1 | Assistente I |
| | 2 | Assistente II |
| | 2 | Assistente III |
| Assessoria Parlamentar | 1 | Chefe de Assessoria |
| Divisão | 2 | Chefe |
| Serviço | 3 | Chefe |
| • | 1 | Assistente I |
| | 1 | Assistente II |
| | 2 | Assistente III |
| Assessoria de Cerimonial | <u> </u> 1 | Chefe de Assessoria |
| Divisão | 2 | Chefe de Assessoria |
| | 4 | Chefe |
| Serviço | 4 | Chele |
| SECRETARIA-EXECUTIVA | 1 | Secretário-Executivo |
| | 2 | Diretor de Programa |
| | 2 | Assessor |
| | 3 | Assessor Técnico |
| | 2 | Assistente |
| | 5 | Assistente Técnico |
| | 4 | Assistente I |
| | 7 | Assistente II |
| Gabinete | 1 | Chefe de Gabinete |
| | 3 | Assistente Técnico |
| Serviço | 1 | Chefe |
| - | 4 | Assistente I |
| | 6 | Assistente II |
| | 5 | Assistente III |
| Subsecretaria de Assuntos Administrativos | 1 | Subsecretário |
| | 1 | Subsecretário Adjunto |
| | 3 | Assistente |
| | 3 | Assistente Técnico |
| Divisão | 1 | Chefe |
| 2.11000 | 3 | Assistente I |
| | 4 | Assistente II |
| | 3 | Assistente III |
| Coordenação | 2 | Coordenador |
| | 1 | Assistente |
| | 1 | Assistente Técnico |
| | 1 | rasistonte recino |
| | | |

| | CARGO/ | |
|--|--------|-----------------------|
| | | |
| UNIDADE | FUNÇÃO | DENOMINAÇÃO CARGO/F |
| | Nº | |
| Coordenação-Geral de Documentação e Informação | 1 | Coordenador-Geral |
| | 2 | Assistente Técnico |
| Coordenação | 4 | Coordenador |
| Divisão | 5 | Chefe |
| Serviço | 12 | Chefe |
| | 10 | Assistente I |
| | 7 | Assistente II |
| | 4 | Assistente III |
| Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas | 1 | Coordenador-Geral |
| | 1 | Assessor Técnico |
| | 1 | Assistente |
| | 22 | Assistente Técnico |
| Coordenação | 7 | Coordenador |
| Divisão | 8 | Chefe |
| Serviço | 10 | Chefe |
| Seção Seção | 1 | Chefe |
| | 21 | Assistente I |
| | 3 | Assistente III |
| Coordenação-Geral de Serviços Gerais | 1 | Coordenador-Geral |
| 3 | 1 | Assistente Técnico |
| Coordenação | 2 | Coordenador |
| Divisão | 2 | Chefe |
| Serviço | 3 | Chefe |
| • | 9 | Assistente I |
| | 2 | Assistente II |
| | 2 | Assistente III |
| Coordenação-Geral de Material e Patrimônio | 1 | Coordenador-Geral |
| Coordenação | 2 | Coordenador |
| Divisão | 4 | Chefe |
| Serviço | 2 | Chefe |
| Subsecretaria de Planejamento e Orçamento | 1 | Subsecretário |
| Cabbook stand do Francijaniento e Organiento | 1 | Subsecretário Adjunto |
| | 1 | Gerente de Projeto |
| | 1 | Assessor Técnico |
| | 1 | Assistente |
| | 3 | Assistente Técnico |
| | 4 | Assistente III |
| Coordenação | 1 | Coordenador |
| Divisão | 1 | Chefe |
| DIVIDUO | | Official |
| Coordenação-Geral de Planejamento | 1 | Coordenador-Geral |
| | 4 | Assessor Técnico |
| | 5 | Assistente |
| | 3 | Assistente Técnico |

| | CARGO/ | |
|--|-------------|---------------------|
| | | |
| UNIDADE | FUNÇÃO | DENOMINAÇÃO CARGO/F |
| | Nº | |
| | 4 | Assistente I |
| Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças | 1 | Coordenador-Geral |
| Cooldellação-Gelai de Orçamento e i manças | 1 | Assistente |
| Coordenação | 4 | Coordenador |
| Cooldenação | 2 | Assistente |
| | 10 | Assistente Técnico |
| | 10 | |
| | 1 | Assistente I |
| | 2 | Assistente II |
| | 3 | Assistente III |
| Diretoria-Executiva do Fundo Nacional de Saúde | 1 | Diretor-Executivo |
| | 2 | Gerente de Projeto |
| | 1 | Assessor Técnico |
| Divisão | 3 | Chefe |
| Serviço | | Chefe |
| CCIVIÇO | 1 | Assistente I |
| | 1 | Assistente II |
| | | Assistante ii |
| Coordenação-Geral de Análise e Formalização de Investimentos | 1 | Coordenador-Geral |
| Coordenação | 2 | Coordenador |
| Divisão | 2 | Chefe |
| Serviço | 4 | Chefe |
| 3 | 2 | Assistente II |
| | | |
| Coordenação-Geral de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil | 1 | Coordenador-Geral |
| , | 1 | Assessor Técnico |
| Coordenação | 3 | Coordenador |
| Divisão | 6 | Chefe |
| Serviço | 8 | Chefe |
| CCIVIÇO | 3 | Assistente II |
| | | , tooloterite ii |
| Coordenação-Geral de Acompanhamento de Investimentos e Análise de Contas | 1 | Coordenador-Geral |
| Coordenação | 2 | Coordenador |
| Divisão | 1 | Chefe |
| Serviço | 6 | Chefe |
| | 1 | Assistente II |
| | | |
| Departamento de Logística em Saúde | 1 | Diretor |
| | 1 | Assistente |
| Coordenação | 1 | Coordenador |
| Divisão | 4 | Chefe |
| DIVISAO | 9 | Assistente I |
| | | 7 |
| | 3 | Assistente II |
| | 2 | Assistente III |
| Coordenação-Geral de Gestão e Planejamento Logístico em Saúde | 1 | Coordenador-Geral |
| | | |

| | CARGO/ | |
|---|----------|-------------------------------|
| LINUDADE | ELINOÃO. | |
| UNIDADE | FUNÇÃO | DENOMINAÇÃO CARGO/F |
| | Nº | |
| Divisão | 1 | Chefe |
| Coordenação-Geral de Análise das Contratações de Insumos Estratégicos para Saúde | 1 | Coordenador-Geral |
| Coordenação | 1 | Coordenador |
| Divisão | 3 | Chefe |
| Coordenação-Geral de Licitações e Contratos de Insumos Estratégicos para Saúde | 1 | Coordenador-Geral |
| Divisão | 3 | Chefe |
| Occurdence and Court de Americana and a Distribution | 4 | Occupant de la Const |
| Coordenação-Geral de Armazenagem e Distribuição | 1 | Coordenador-Geral Coordenador |
| Coordenação Central de Armazenagem e Distribuição de Insumos Estratégicos | 1 | Coordenador Chefe de Central |
| Divisão | 1 | Chefe de Central |
| Serviço | 1 | Chefe |
| OCIVIÇO | | Officio |
| Departamento de Economia da Saúde, Investimentos e Desenvolvimento | 1 | Diretor |
| Serviço | 1 | Chefe |
| | 1 | Assistente III |
| Coordenação | 2 | Coordenador |
| | | |
| Coordenação-Geral de Economia da Saúde | 1 | Coordenador-Geral |
| | 1 | Assessor Técnico |
| Coordenação | 1 | Coordenador |
| Coordenação-Geral de Programas e Projetos de Cooperação Técnica | 1 | Coordenador-Geral |
| | 2 | Assistente |
| | 7 | Assistente Técnico |
| Coordenação | 2 | Coordenador |
| | 1 | Assistente III |
| December 15 March 15 March 15 April 15 Carlot 16 OHO | | District and |
| Departamento de Monitoramento e Avaliação do SUS | 1 | Diretor |
| Coordenação-Geral de Monitoramento e Avaliação | 1 | Coordenador-Geral |
| Obordenação Octal de Monitoramento e Avallação | 1 | Assessor Técnico |
| | 1 | Assistente |
| | 2 | Assistente Técnico |
| | 1 | Assistente II |
| | | |
| Coordenação-Geral de Gestão da Informação Estratégica | 1 | Coordenador-Geral |
| , | 1 | Assessor Técnico |
| | 1 | Assistente |
| | 1 | Assistente II |
| | <u>.</u> | |
| Departamento de Informática do SUS | 1 | Diretor |
| | 2 | Assistente |
| | 2 | Assistente I |

| | CARGO/ | | |
|---|----------|---------------------|--|
| | | | |
| UNIDADE | FUNÇÃO | DENOMINAÇÃO CARGO/F | |
| | Nº N° | | |
| Divisão | 1 | Chefe | |
| Serviço | 1 | Chefe | |
| OGI VIÇO | 3 | Assistente I | |
| Coordenação | 1 | Coordenador | |
| Divisão | 1 | Chefe | |
| DIVISAO | | Official | |
| Coordenação-Geral de Análise e Manutenção | 1 | Coordenador-Geral | |
| Coordenação | 2 | Coordenador | |
| Divisão | 2 | Chefe | |
| 2111043 | 4 | Assistente | |
| | 1 | Assistente Técnico | |
| | 7 | Assistente I | |
| | | riodotorito | |
| Coordenação-Geral de Gestão de Projetos | 1 | Coordenador-Geral | |
| Coordenação Coordenação | 2 | Coordenador | |
| Ooonaanayaa | 2 | Assistente | |
| | - | riodotorito | |
| Coordenação-Geral de Infraestrutura | 1 | Coordenador-Geral | |
| Coordenação | 2 | Coordenador | |
| Divisão | 2 | Chefe | |
| DIVISAU | 1 | Assistente | |
| | 1 | Assistente I | |
| | 1 | Assistente III | |
| | | Assistente in | |
| Coordenação-Geral de Disseminação de Informações em Saúde | 1 | Coordenador-Geral | |
| Coordenação Coordenação | 1 | Coordenador | |
| Divisão | 1 | Chefe | |
| DIVISAO | 1 | Assistente | |
| | 3 | Assistente I | |
| | <u> </u> | Assistence i | |
| Núcleos Estaduais | | | |
| Divisão | 34 | Chefe | |
| Serviço | 68 | Chefe | |
| Seção | 25 | Chefe | |
| Seçao | 60 | Assistente I | |
| | OU | Assistente i | |
| CONSULTORIA JURÍDICA | 1 | Consultor Jurídico | |
| CONSULTORIA JURIDICA | · | Assistente | |
| Divisão | 2 | Assistente Chefe | |
| | | | |
| Serviço | 3 | Chefe | |
| | 4 | Assistente I | |
| | 1 | Assistente II | |
| | 1 | Assistente III | |
| | | | |
| Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos | 1 | Coordenador-Geral | |
| Coordenação | 2 | Coordenador | |
| Divisão | 1 | Chefe | |
| Serviço | 1 | Chefe | |

| CARGO/ | |
|----------|--|
| FUNÇÃO | DENOMINAÇÃO CARGO/F |
| | , |
| N≚ | |
| 1 | Coordenador-Geral |
| 2 | Coordenador |
| | Chefe |
| 1 | Chefe |
| | |
| 1 | Corregedor-Geral |
| 2 | Coordenador |
| | |
| 1 | Secretário |
| 1 | Assessor |
| 1 | Assessor Técnico |
| 2 | Assistente Técnico |
| 1 | Gerente de Projeto |
| | |
| 1 | Chefe de Gabinete |
| 2 | Assessor Técnico |
| 4 | Assistente |
| 1 | Assistente I |
| 1 | Assistente II |
| 1 | Chefe |
| 2 | Assistente Técnico |
| 3 | Assistente I |
| 2 | Assistente II |
| 1 | Assistente III |
| 1 | Chefe |
| 1 | Assistente I |
| 1 | Assistente II |
| 4 | Canadan adan Canad |
| 1 | Coordenador-Geral |
| 1 | Assessor Técnico |
| 1 | Assistente Assistente Técnico |
| | |
| 1 | Assistente I Assistente II |
| 1 | Assistente II |
| | |
| 1 | Coordenador-Geral |
| 1 | Coordenador-Geral |
| | 200.23.1880. 20181 |
| | |
| 1 | Diretor |
| 1 | Assessor Técnico |
| 1 | Chefe |
| | |
| | |
| 1 | Coordenador-Geral |
| | 2 2 1 1 1 2 1 1 1 1 2 4 1 1 1 2 3 2 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 |

| | CARGO/ | |
|---|--------|---------------------|
| | CARGO, | |
| UNIDADE | FUNÇÃO | DENOMINAÇÃO CARGO/F |
| | Nº | |
| Coordenação-Geral de Saúde Bucal | 1 | Coordenador-Geral |
| Obordonague Co.a. de Cadao Edea. | 1 | Assessor Técnico |
| | | |
| Coordenação-Geral de Acompanhamento e Avaliação da Atenção Básica | 1 | Coordenador-Geral |
| , , | 1 | Assessor Técnico |
| | | |
| Coordenação-Geral de Alimentação e Nutrição | 1 | Coordenador-Geral |
| , , | 1 | Assessor Técnico |
| | | |
| Departamento de Atenção Hospitalar e de Urgência | 1 | Diretor |
| , , , | 1 | Assessor Técnico |
| | 1 | Assistente |
| | 1 | Assistente Técnico |
| Divisão | 1 | Chefe |
| | 2 | Assistente Técnico |
| | 1 | Assistente I |
| | 1 | Assistente III |
| | | |
| Coordenação-Geral da Força Nacional do SUS | 1 | Coordenador-Geral |
| , | | |
| Coordenação-Geral de Sangue e Hemoderivados | 1 | Coordenador-Geral |
| <u> </u> | 1 | Assessor Técnico |
| | 1 | Assistente |
| | | |
| Coordenação-Geral de Urgência e Emergência | 1 | Coordenador-Geral |
| | 1 | Assessor Técnico |
| | 1 | Assistente |
| Coordenação | 1 | Coordenador |
| • | | |
| Coordenação-Geral do Sistema Nacional de Transplantes | 1 | Coordenador-Geral |
| | 1 | Assessor Técnico |
| | 1 | Assistente |
| | 1 | Assistente Técnico |
| | | |
| Coordenação-Geral de Atenção Hospitalar | 1 | Coordenador-Geral |
| | 1 | Assessor Técnico |
| | 2 | Assistente |
| | 2 | Assistente Técnico |
| | 2 | Assistente II |
| | 2 | Assistente III |
| | | |
| Departamento de Ações Programáticas Estratégicas | 1 | Diretor |
| , , , | 5 | Assessor Técnico |
| | 1 | Assistente |
| Divisão | 1 | Chefe |
| Coordenação | 1 | Coordenador |
| Obbitachiação | | |
| Coordenação-Geral de Saúde das Mulheres | 1 | Coordenador-Geral |
| Obolidoliação Colai do Oddao dao Mantoros | | Obolidariador Corai |

| | CARGO/ | |
|---|-----------|---------------------|
| UNIDADE | FUNÇÃO | DENOMINAÇÃO CARGO/F |
| | | , |
| | Nº | |
| Coordenação-Geral de Saúde da Criança e Aleitamento Materno | 1 | Coordenador-Geral |
| Oboliusius Colai de Cadde da Olialisa o / licitaliione iliatellic | | Coordonade. Co.a. |
| Coordenação-Geral de Saúde dos Adolescentes e Jovens | 1 | Coordenador-Geral |
| | | |
| Coordenação-Geral de Saúde da Pessoa com Deficiência | 1 | Coordenador-Geral |
| | | |
| Departamento de Regulação, Avaliação e Controle de Sistemas | 1 | Diretor |
| -·· · · | 1 | Assessor Técnico |
| Divisão | 1 | Chefe |
| | 1 | Assistente Técnico |
| | <u> 1</u> | Assistente I |
| On audamação Caral das Cistamas da Informação | 1 | Coordan Corol |
| Coordenação-Geral dos Sistemas de Informação | [] | Coordenador-Geral |
| | 1 | Assessor Técnico |
| | 1 | Assistente |
| | 7 | Assistente Técnico |
| | 2 | Assistente II |
| Coordenação-Geral de Controle de Serviços e Sistemas | 1 | Coordenador-Geral |
| Cooldellação-Geral de Controle de Serviços e Sistemas | 2 | Assessor Técnico |
| | 1 | Assistente |
| | | |
| | 6 | Assistente Técnico |
| | 2 | Assistente II |
| | 1 | Assistente III |
| Coordenação-Geral de Regulação e Avaliação | 1 | Coordenador-Geral |
| Cooldellação-Gelai de Negulação e Avallação | 3 | Assessor Técnico |
| | J 4 | Assistente Técnico |
| | 1 | Assistente recinco |
| | | |
| Coordenação-Geral de Planejamento e Programação das Ações de Saúde | 1 | Coordenador-Geral |
| Oddidellação Odial de Flanojamento e Fregranação das Açose de Cadas | 1 | Assessor Técnico |
| | | riododdi i ddilled |
| Departamento de Gestão Hospitalar no Estado do Rio de Janeiro | 1 | Diretor |
| Divisão | 2 | Chefe |
| DIVISAU | 11 | Assistente I |
| | | Assistence i |
| Coordenação-Geral de Administração | 1 | Coordenador-Geral |
| Coordenação | 1 | Coordenador |
| Divisão | 1 | Chefe |
| DIVISAO | | |
| Coordenação-Geral de Assistência | 1 | Coordenador-Geral |
| Divisão | 2 | Chefe |
| DIVISAO | | Official |
| Hospital Federal de Ipanema | 1 | Diretor de Hospital |
| Coordenação | 2 | Coordenador |
| Divisão | 2 | Chefe |
| DIVISAO | | Cileie |

| | CARGO/ | |
|---|----------------|----------------------|
| | ELINIOÑO. | |
| UNIDADE | FUNÇÃO | DENOMINAÇÃO CARGO/F |
| | Nº | |
| Serviço | 7 | Chefe |
| | 5 | Assistente I |
| Heavital Fadaval da Lavas | 14 | Dinatas da Hasarital |
| Hospital Federal da Lagoa | 1 | Diretor de Hospital |
| Coordenação | 2 | Coordenador |
| Divisão | 2 | Chefe |
| Serviço | 7 | Chefe |
| | 5 | Assistente I |
| Hospital Federal do Andaraí | 1 | Diretor de Hospital |
| Coordenação | 2 | Coordenador |
| Divisão | 2 | Chefe |
| Serviço | 7 | Chefe |
| | 8 | Assistente I |
| | | riodicitie i |
| Hospital Federal Cardoso Fontes | 1 | Diretor de Hospital |
| Coordenação | 2 | Coordenador |
| Divisão | 2 | Chefe |
| Serviço | 7 | Chefe |
| 3311,33 | 7 | Assistente I |
| | | , additioned |
| Hospital Federal dos Servidores do Estado | 1 | Diretor de Hospital |
| | 1 | Assistente |
| Coordenação | 4 | Coordenador |
| Divisão | 8 | Chefe |
| Serviço | 3 | Chefe |
| | 2 | Assistente III |
| | | |
| Hospital Federal de Bonsucesso | 1 | Diretor de Hospital |
| | 1 | Assistente |
| Coordenação | 5 | Coordenador |
| Divisão | 9 | Chefe |
| Serviço | 2 | Chefe |
| | | |
| Departamento de Certificação de Entidades Beneficentes de Assistência Social em Saúde | 1 | Diretor |
| Divisão | 1 | Chefe |
| | 2 | Assistente III |
| | | |
| Coordenação-Geral de Análise e Gestão de Processos e Sistemas | 1 | Coordenador-Geral |
| Coordenação-Geral de Certificação | <u> </u> 1 | Coordenador-Geral |
| Socialitação Social de Socialitação | | Octobriador-Octal |
| Departamento de Atenção Especializada e Temática | 1 | Diretor |
| Divisão | 1 | Chefe |
| | 1 | Assistente Técnico |
| Coordenação | 2 | Coordenador |
| | <u>-</u> | |
| L. C. | I | |

| | CARCO | | |
|--|--------|----------------------|--|
| | CARGO/ | ! | |
| UNIDADE | FUNÇÃO | DENOMINAÇÃO CARGO/F | |
| | Nº | | |
| Coordenação-Geral de Média e Alta Complexidade | 1 | Coordenador-Geral | |
| | 1 | Assessor Técnico | |
| | 1 | Assistente | |
| | | | |
| Coordenação-Geral de Atenção às Pessoas com Doenças Crônicas | 1 | Coordenador-Geral | |
| | | | |
| Coordenação-Geral de Saúde Mental, Álcool e outras Drogas | 1 | Coordenador-Geral | |
| | | | |
| Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva | 1 | Diretor-Geral | |
| | 1 | Assistente | |
| Gabinete | 1 | Chefe de Gabinete | |
| Coordenação | 6 | Coordenador | |
| Hospital | 3 | Diretor de Hospital | |
| Centro | 2 | Chefe de Centro | |
| Divisão | 35 | Chefe | |
| Serviço | 38 | Chefe | |
| Seção | 44 | Chefe | |
| - Coyac | | | |
| Instituto Nacional de Cardiologia | 1 | Diretor de Instituto | |
| motituto reacional do Caralologia | 1 | Assistente Técnico | |
| Coordenação | 4 | Coordenador | |
| Divisão | 6 | Chefe | |
| Serviço | 5 | Chefe | |
| Serviço | 2 | Assistente III | |
| | 2 | Assistente in | |
| Instituto Nacional de Traumatologia e Ortopedia Jamil Haddad | 1 | Diretor de Instituto | |
| INSTITUTO NACIONAL DE TRAUMATOLOGIA E OTTOPEGIA JAMIII MAGGAG | 14 | Assistente Técnico | |
| Coordenação | 4 | | |
| Divisão | 6 | Coordenador Chefe | |
| | | | |
| Serviço | 5 | Chefe | |
| | 2 | Assistente III | |
| | | | |
| THE STATE OF THE PARTY OF THE P | | | |
| SECRETARIA DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE | | Secretário | |
| | 2 | Diretor de Programa | |
| | 1 | Assessor | |
| | 1 | Assessor Técnico | |
| | | | |
| Gabinete | 1 | Chefe de Gabinete | |
| | 2 | Assistente | |
| | 2 | Assistente Técnico | |
| | 1 | Assistente I | |
| | 1 | Assistente III | |
| Divisão | 1 | Chefe | |
| | 12 | Assistente I | |
| | | | |
| Coordenação-Geral de Planejamento e Orçamento | 1 | Coordenador-Geral | |
| | 1 | Assessor Técnico | |

| | CARGO/ | | |
|--|----------|---------------------|--|
| | CARGO | | |
| UNIDADE | FUNÇÃO | DENOMINAÇÃO CARGO/F | |
| | Nº | | |
| | 1 | Assistente | |
| | † | | |
| Departamento de Gestão da Educação na Saúde | 1 | Diretor | |
| | 2 | Assessor Técnico | |
| Serviço | 1 | Chefe | |
| | 2 | Assistente I | |
| | | | |
| Coordenação-Geral de Ações Estratégicas em Educação na Saúde | 1 | Coordenador-Geral | |
| | 1 | Assessor Técnico | |
| | | | |
| Coordenação-Geral de Ações Técnicas em Educação na Saúde | 1 | Coordenador-Geral | |
| | 1 | Assessor Técnico | |
| | 1 | Assistente | |
| | | | |
| Departamento de Gestão e da Regulação do Trabalho em Saúde | 1 | Diretor | |
| | | | |
| Coordenação-Geral da Gestão do Trabalho em Saúde | 1 | Coordenador-Geral | |
| | 2 | Assessor Técnico | |
| | 2 | Assistente | |
| | | | |
| Coordenação-Geral da Regulação e Negociação do Trabalho em Saúde | 1 | Coordenador-Geral | |
| | 2 | Assessor Técnico | |
| | 3 | Assistente | |
| | | | |
| Departamento de Planejamento e Regulação da Provisão de Profissionais de Saúde | 1 | Diretor | |
| | 4 | Gerente de Projeto | |
| | | | |
| SECRETARIA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INSUMOS ESTRATÉGICOS | 1 | Secretário | |
| | 1 | Assistente Técnico | |
| | 1. | | |
| Gabinete | 1 | Chefe de Gabinete | |
| | 3 | Assessor Técnico | |
| | 6 | Assistente I | |
| O I I I O O O O O O O O O O O O O O O O | 14 | Or a law adam Const | |
| Coordenação-Geral de Planejamento e Orçamento | 1 | Coordenador-Geral | |
| | 1 | Assessor Técnico | |
| Description de Assistância Formacâutica e Incumae Estratágica | 14 | Director | |
| Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos | | Diretor | |
| | 3 | Assessor Técnico | |
| Coordonação Caral da Assistância Formacâutica Rágica | | Coordenador-Geral | |
| Coordenação-Geral de Assistência Farmacêutica Básica | 1 | C0010e11au01-Ge1ai | |
| Coordonação Caral do Assistância Formacâutica o Modicamentos Estratágicos | . 14 | Coordenador-Geral | |
| Coordenação-Geral de Assistência Farmacêutica e Medicamentos Estratégicos | ; [1 | Coordenador-Gerai | |
| Carridanação Carol do Componento Especializado do Assistância | | | |
| Coordenação-Geral do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica | 1 | Coordenador-Geral | |
| | | | |

| | CARCOL | | |
|--|-----------|---------------------|--|
| | CARGO/ | | |
| UNIDADE | FUNÇÃO | DENOMINAÇÃO CARGO/F | |
| | Nº | | |
| Departamento de Ciência e Tecnologia | 1 | Diretor | |
| - | 2 | Assessor Técnico | |
| | 1 | Assistente | |
| | | | |
| Coordenação-Geral de Gestão do Conhecimento em Ciência e Tecnologia | 1 | Coordenador-Geral | |
| | | | |
| Coordenação-Geral de Fomento e Avaliação de Tecnologias em Saúde | 1 | Coordenador-Geral | |
| | | | |
| Departamento do Complexo Industrial e Inovação em Saúde | 1 | Diretor | |
| | 2 | Assessor Técnico | |
| | | | |
| Coordenação-Geral de Equipamentos e Materiais de uso em Saúde | 1 | Coordenador-Geral | |
| | 1 | Assessor Técnico | |
| | | | |
| Coordenação-Geral de Assuntos Regulatórios | 1 | Coordenador-Geral | |
| | 1 | Assessor Técnico | |
| | | | |
| Coordenação-Geral de Base Química e Biotecnológica | 1 | Coordenador-Geral | |
| | | | |
| Departamento de Gestão e Incorporação de Tecnologias em Saúde | 1 | Diretor | |
| | | | |
| SECRETARIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA E PARTICIPATIVA | 1 | Secretário | |
| | 1 | Assessor Técnico | |
| | 1 | Assistente Técnico | |
| | | | |
| Gabinete | 1 | Chefe de Gabinete | |
| Divisão | 1 | Chefe | |
| | 1 | Assistente I | |
| | 2 | Assistente II | |
| Serviço | 1 | Chefe | |
| o | | | |
| Coordenação-Geral de Planejamento e Orçamento | 1 | Coordenador-Geral | |
| oodiadhaqaa oona aa manajamaana a arqamaa | 2 | Assistente | |
| | 1 | Assistente I | |
| | 1 | Assistente II | |
| | 1 | | |
| Departamento de Apoio à Gestão Participativa | 1 | Diretor | |
| popularione de l'ipole d'Octable l'annoigne | 1 | Assistente Técnico | |
| | 1 | Assistente II | |
| | · | | |
| Coordenação-Geral de Apoio à Educação Popular e à Mobilização Social | 1 | Coordenador-Geral | |
| Occidentação Corar do riporo a Educação i opala. O a mesmesição Essas | 1 | Assessor Técnico | |
| | 1 | Assistente | |
| | 1 | Assistente I | |
| | | Magisterite i | |
| Coordenação-Geral de Apoio à Gestão Participativa e ao Controle Social | 1 | Coordenador-Geral | |
| Cooldellação-Geral de Apolo a Gestão Farilopativa e ao Controle Godiai | 1 | Assessor Técnico | |
| | 1 | Assistente | |
| | <u> I</u> | Assistente | |

| | CARCOL | | | | | |
|---|----------|------------------------|--|--|--|--|
| | CARGO/ | | | | | |
| UNIDADE | FUNÇÃO | DENOMINAÇÃO CARGO/F | | | | |
| | Nº | | | | | |
| | 1 | Assistente I | | | | |
| | | Assisterite i | | | | |
| Departamento de Ouvidoria-Geral do SUS | 1 | Diretor | | | | |
| Departamento de Odvidona Geral de Geo | 1 | Assistente Técnico | | | | |
| | <u> </u> | / todisterite recinios | | | | |
| Coordenação-Geral de Pesquisa e Processamento de Demandas | 1 | Coordenador-Geral | | | | |
| Coordonação Coral do 1 cooquida o 1 recooquimente do Bornandao | 1 | Assessor Técnico | | | | |
| | 1 | Assistente | | | | |
| | 1 | Assistente II | | | | |
| | | r teoleterite ii | | | | |
| Coordenação-Geral do Sistema Nacional de Ouvidoria | 1 | Coordenador-Geral | | | | |
| | 1 | Assessor Técnico | | | | |
| | 1 | Assistente | | | | |
| | 1 | Assistente II | | | | |
| | | 10010101110111 | | | | |
| Departamento Nacional de Auditoria do SUS | 1 | Diretor | | | | |
| | 1 | Assessor Técnico | | | | |
| | 1 | Assistente | | | | |
| | 2 | Assistente Técnico | | | | |
| | 6 | Assistente I | | | | |
| Coordenação | 1 | Coordenador | | | | |
| | 2 | Assistente Técnico | | | | |
| | 2 | Assistente I | | | | |
| | | | | | | |
| Coordenação-Geral de Auditoria | 1 | Coordenador-Geral | | | | |
| , | 1 | Assistente | | | | |
| | 1 | Assistente I | | | | |
| Coordenação | 3 | Coordenador | | | | |
| | 3 | Assistente | | | | |
| | 2 | Assistente Técnico | | | | |
| | | | | | | |
| Coordenação-Geral de Desenvolvimento, Normatização e Cooperação Técnica | 1 | Coordenador-Geral | | | | |
| | 1 | Assistente | | | | |
| | 1 | Assistente I | | | | |
| Coordenação | 2 | Coordenador | | | | |
| | 2 | Assistente Técnico | | | | |
| | | | | | | |
| Coordenação-Geral de Infraestrutura e Logística | 1 | Coordenador-Geral | | | | |
| | 1 | Assistente | | | | |
| | 1 | Assistente I | | | | |
| | | | | | | |
| Departamento de Articulação Interfederativa | 1 | Diretor | | | | |
| | 1 | Assistente | | | | |
| | 1 | Assistente Técnico | | | | |
| Serviço | 1 | Chefe | | | | |
| | 2 | Assistente I | | | | |
| | 1 | Assistente II | | | | |
| Coordenação | 1 | Coordenador | | | | |
| • | 9 | - | | | | |

| | CARGO/ | | |
|---|--------|-------------------------------------|--|
| | CARGO | | |
| UNIDADE | FUNÇÃO | DENOMINAÇÃO CARGO/F | |
| | Nº | | |
| | | | |
| Coordenação-Geral de Cooperação Interfederativa | 1 | Coordenador-Geral | |
| | 1 | Assessor Técnico | |
| | 1 | Assistente | |
| | 1 | Assistente Técnico | |
| Coordenação-Geral de Contratualização Interfederativa | 1 | Coordenador-Geral | |
| , | 1 | Assessor Técnico | |
| | 1 | Assistente | |
| Coordenação-Geral de Articulação de Instrumentos da Gestão Interfederativa | 1 | Coordenador-Geral | |
| Cooldellação-Gerai de Atticulação de Institutientos da Gestao interrederativa | 1 | Assessor Técnico | |
| | 1 | Assessor recnico Assistente Técnico | |
| | | Assistente recinco | |
| SECRETARIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE | 1 | Secretário | |
| SECRETARIA DE VIGILANCIA EIN SAUDE | 2 | Assessor Técnico | |
| | | Assessor recriico | |
| Gabinete | 1 | Chefe de Gabinete | |
| | 1 | Assistente | |
| | 8 | Assistente Técnico | |
| Divisão | 1 | Chefe | |
| | 1 | Assistente I | |
| | | | |
| Coordenação-Geral de Planejamento e Orçamento | 1 | Coordenador-Geral | |
| | 1 | Assistente I | |
| | | | |
| Departamento de Vigilância das Doenças Transmissíveis | 1 | Diretor | |
| | 1 | Assistente I | |
| Coordenação-Geral de Doenças Transmissíveis | 1 | Coordenador-Geral | |
| Oddiadiagas Osiai as Bosilição i lancimistrativa | 3 | Assessor Técnico | |
| | 1 | Assistente I | |
| | | | |
| Coordenação-Geral do Programa Nacional de Controle da Tuberculose | 1 | Coordenador-Geral | |
| | 2 | Assessor Técnico | |
| | | | |
| Coordenação-Geral do Programa Nacional de Imunizações | 1 | Coordenador-Geral | |
| | 2 | Assessor Técnico | |
| | 1 | Assistente I | |
| | | | |
| Coordenação-Geral de Hanseníase e Doenças em Eliminação | 1 | Coordenador-Geral | |
| | 1 | Assessor Técnico | |
| | | | |
| Coordenação-Geral do Programa Nacional de Controle da Dengue | 1 | Coordenador-Geral | |
| | 1 | Assessor Técnico | |
| Coordenação-Geral do Programa Nacional de Controle da Malária | 1 | Coordenador-Geral | |
| | 1 | Assessor Técnico | |

| | 04000/ | | | | |
|--|-------------|----------------------|--|--|--|
| | CARGO/ | DENOMINAÇÃO CARGO/F | | | |
| UNIDADE | FUNÇÃO | | | | |
| | Nº | | | | |
| Description of the Vivilla size to Description of Transport of the Control of the | | | | | |
| Departamento de Vigilância de Doenças e Agravos não Transmissíveis e Promoção da Saúde | 1 | Diretor | | | |
| , | 2 | Assessor Técnico | | | |
| | 2 | Assistente I | | | |
| | | | | | |
| Coordenação-Geral de Vigilância de Doenças e Agravos não Transmissíveis e Promoção da Saúde | 1 | Coordenador-Geral | | | |
| Coordenação-Geral de Informações e Análise Epidemiológicas | 1 | Coordenador-Geral | | | |
| Departamento de Gestão da Vigilância em Saúde | 1 | Diretor | | | |
| Departamento de Gestao da Vigilancia em Sadde | <u> </u> - | Diretor | | | |
| Coordenação-Geral de Laboratórios de Saúde Pública | 1 | Coordenador-Geral | | | |
| Coordenação | 2 | Coordenador | | | |
| | 1 | Assistente I | | | |
| | | | | | |
| Coordenação-Geral de Desenvolvimento da Epidemiologia em Serviços | 1 | Coordenador-Geral | | | |
| Coordenação | 1 | Coordenador | | | |
| | | | | | |
| Departamento de Vigilância, Prevenção e Controle das Doenças Sexualmente Transmissíveis, Síndrome da Imunodeficiência Adquirida e Hepatites Virais | 1 | Diretor | | | |
| Coordenação-Geral de Ações Estratégicas em DST, AIDS e Hepatites Virais | 1 | Coordenador-Geral | | | |
| Coordenação-Gerai de Ações Estrategicas em DST, AIDS e Frepatites Virais | 2 | Assistente Técnico | | | |
| | | Assistante recineo | | | |
| Coordenação-Geral de Vigilância e Prevenção de DST, AIDS e Hepatites Virais | 1 | Coordenador-Geral | | | |
| Coordenação | 1 | Coordenador | | | |
| | 1 | Assistente Técnico | | | |
| | | | | | |
| Departamento de Vigilância em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador | 1 | Diretor | | | |
| | | | | | |
| Coordenação-Geral de Vigilância em Saúde Ambiental | 1 | Coordenador-Geral | | | |
| | 2 | Assessor Técnico | | | |
| Coordenação-Geral de Saúde do Trabalhador | 1 | Coordenador-Geral | | | |
| Coordenação-Gerai de Sadde do Trabalhadoi | 1 | Assessor Técnico | | | |
| | 1 | Assistente | | | |
| | | regioterite | | | |
| Instituto Evandro Chagas | 1 | Diretor de Instituto | | | |
| | 2 | Assistente Técnico | | | |
| Serviço | 4 | Chefe | | | |
| Seção | 9 | Chefe | | | |
| Setor | 6 | Chefe | | | |
| | | | | | |
| Centro Nacional de Primatas | 1 | Diretor de Centro | | | |
| | 1 | Assistente Técnico | | | |
| Serviço | 3 | Chefe | | | |

| | CARGO/ | |
|--|--------|-------------------------------------|
| | | |
| UNIDADE | FUNÇÃO | DENOMINAÇÃO CARGO/F |
| | Nº | |
| Seção | 2 | Chefe |
| | 3 | Assistente I |
| SECRETARIA ESPECIAL DE SAÚDE INDÍGENA | 14 | Secretário |
| SECKETAKIA ESPECIAL DE SAUDE INDIGENA | 1 | |
| | 1 | Gerente de Projeto Assessor Técnico |
| | 14 | Assistente I |
| Coordenação | 1 | Coordenador |
| Cooldenação | | Cooldenador |
| Gabinete | 1 | Chefe de Gabinete |
| Serviço | 1 | Chefe |
| Constanção Caral da Planciamento a Organismento | | Occardon Corol |
| Coordenação-Geral de Planejamento e Orçamento | 1 | Coordenador-Geral |
| Departamento de Atenção à Saúde Indígena | 1 | Diretor |
| Casa de Saúde Indígena | 1 | Chefe |
| | | |
| Coordenação-Geral de Articulação da Atenção à Saúde Indígena | 1 | Coordenador-Geral |
| Coordenação-Geral de Atenção Primária à Saúde Indígena | 1 | Coordenador-Geral |
| Divisão | 2 | Chefe |
| | | |
| Departamento de Gestão da Saúde Indígena | 1 | Diretor |
| | | |
| Coordenação-Geral de Monitoramento e Avaliação da Saúde Indígena | 1 | Coordenador-Geral |
| Divisão | 2 | Chefe |
| Coordenação-Geral de Apoio à Gestão da Saúde Indígena | 1 | Coordenador-Geral |
| Divisão | 2 | Chefe |
| 2.Mode | | |
| Departamento de Saneamento e Edificações de Saúde Indígena | 1 | Diretor |
| | | |
| Coordenação-Geral de Saneamento e Edificações de Saúde Indígena | 1 | Coordenador-Geral |
| Divisão | 2 | Chefe |
| Distritos Sanitários Especiais Indígenas | | |
| Tipo I | 21 | Coordenador Distrital de Saú |
| Divisão | 21 | Chefe |
| Casa de Saúde Indígena | 42 | Chefe |
| Serviço | 84 | Chefe |
| Seção | 21 | Chefe |
| | 42 | Assistente I |
| | | |
| Tipo II | 13 | Coordenador Distrital de Saú |
| | 1 | Assistente Técnico |
| Divisão | 13 | Chefe |
| Casa de Saúde Indígena | 19 | Chefe |
| Serviço | 55 | Chefe |

| | CARGO/ | |
|--|--------|----------------------|
| UNIDADE | FUNÇÃO | DENOMINAÇÃO CARGO/F |
| | Nº | |
| Seção | 13 | Chefe |
| | 26 | Assistente I |
| | | |
| SECRETARIA-EXECUTIVA DO CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE | 1 | Secretário-Executivo |
| Coordenação | 2 | Coordenador |
| | 2 | Assistente |
| | 1 | Assistente Técnico |
| | 1 | Assistente I |
| | 2 | Assistente II |
| | 2 | Assistente III |

b) QUADRO RESUMO DE CUSTOS DOS CARGOS EM COMISSÃO E DAS FUNÇÕES GRATIFICADAS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE

| CÓDIGO | DAS-UNITÁRIO | | SITUAÇÃO ATUAL | | S |
|---------------|--------------|--------------|----------------|-------------|----------|
| CODIGO | DAS-UNITARIO | DAS-UNITARIO | QTDE. | VALOR TOTAL | |
| NE | | 6,41 | 1 | | 6,41 |
| 101.6 | | 6,27 | 6 | , | 37,62 |
| 101.5 | | 5,04 | 41 | | 206,64 |
| 101.4 | | 3,84 | 151 | | 579,84 |
| 101.3 | | 2,10 | 123 | ı | 258,30 |
| 101.2 | | 1,27 | 230 | , | 292,10 |
| 101.1 | | 1,00 | 437 | | 437,00 |
| 102.5 | | 5,04 | 6 | , | 30,24 |
| 102.4 | | 3,84 | 9 | , | 34,56 |
| 102.3 | | 2,10 | 94 | | 197,40 |
| 102.2 | | 1,27 | 85 | , | 107,95 |
| 102.1 | | 1,00 | 127 | | 127,00 |
| SUBTOTAL - 1 | | | 1.310 | / | 2.315,06 |
| FG-1 | | 0,20 | 461 | | 92,20 |
| FG-2 | | 0,15 | 87 | | 13,05 |
| FG-3 | | 0,12 | 69 | : | 8,28 |
| SUBTOTAL - 2 | | | 617 | | 113,53 |
| TOTAL (1 + 2) | | | 1.927 | | 2.428,59 |

ANEXO III

REMANEJAMENTO DE CARGOS E FUNÇÕES

| CÓDIGO | DAS UNITÁRIO | DO MS P | DO MS PARA SEGEP/MP (a) | | DA SEGEP/MP PARA MS (b) | |
|--------|--------------|---------|-------------------------|-------|-------------------------|--|
| | | QTDE. | VALOR TOTAL | QTDE. | VALOR TOTAL | |
| 101.5 | 4,50 | | | 1 | 4,50 | |
| 101.4 | 3,43 | | | 6 | 20,58 | |
| 101.3 | 1,97 | | | 7 | 13,79 | |
| 101.2 | 1,27 | | | 1 | 1,27 | |
| | | | | | | |

| 102.2 | 1,27 | | | 1 | 1,27 |
|------------------------------|------|---|------|-------|-------|
| 102.3 | 1,97 | 4 | 7,88 | | |
| TOTAL | | 4 | 7,88 | 16 | 41,41 |
| SALDO DO REMANEJAMENTO (a-b) | | | 12 | 33,53 | |